



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

CALIDO MANGO

**AS LUTAS DE LIBERTAÇÃO E OS PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO NOS
PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (1955-1975)**

São Francisco do Conde
2016

CALIDO MANGO

**AS LUTAS DE LIBERTAÇÃO E OS PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO NOS
PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (1955-1975)**

Monografia apresentada ao Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharelado em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert

São Francisco do Conde
2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab - Sibiuni
Biblioteca Setorial Campus dos Malês
Catálogo de Publicação na Fonte

Mango, Calido.

M277

As lutas de libertação e os processos de descolonização nos países africanos de língua oficial portuguesa (1955-1975) / Calido Mango. - São Francisco do Conde, 2016.

64 f. : il. color. ; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, São Francisco do Conde, 2016.

1. Descolonização – África - História. 2. África – Colonização. 3. Movimentos de libertação nacional – África. 4. Colônias – História. I. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 950

CALIDO MANGO

**AS LUTAS DE LIBERTAÇÃO E OS PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO NOS
PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (1955-1975)**

Monografia apresentada ao Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharelado em Humanidades.

Aprovado em 25 de Novembro de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert – Orientador _____
Doutor em Ciências Sociais – Estudos Africanos em Leiden University, Holanda.
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Profa. Dra. Caroline Rodrigues Cardoso _____
Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília, Brasil.
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo _____
Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia, Brasil.
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Aos meus pais Aladji Sambú Mango e Binta Camará; à minha madrastra Mariato Mané, fontes da minha inspiração e razões da valiosa educação e de quem me orgulho.

À minha querida sobrinha Hussainato Lamine Mango, pela alegria que me proporciona e me torna cada vez mais feliz e cheio da esperança.

Á memória do meu tio Issufo Camará e das minhas saudáveis tias Fatumata Mango (Mandjacô) e da Binta Djata (Bintadjã); que *Allah* (Deus) conforte as vossas almas no paraíso.

AGRADECIMENTOS

Geralmente, ao concluir ou obter algo de importância, no final sempre paramos para compreender o que nos motivou a alcançar o tal objetivo. Obviamente que nessa circunstância chega-nos muitas coisas à mente e ficamos sem saber por onde começar; mas prefiro começar por agradecer a *ALLAH* em primeiro lugar, pela existência, fé, força, coragem e determinação em tudo na minha vida, e por ter chegado até aqui com muita energia e vontade. Aos meus pais Aladji Sambú Mango e Binta Camará; à minha madrasta Mariato Mané, pelo sacrifício, educação e apoio em termos morais e materiais, desde a minha infância até hoje. A todos os meus amigos e familiares que me apoiaram de uma ou outra forma desde começo até neste momento. Com muito carinho e respeito ao Saido Sani e Sambala Kanouté por terem acreditado na minha capacidade. Ao Mamadú Lamine Mango pelos conselhos valiosos e por ter participado diretamente na minha educação. Ao Lassana Biai um grande exemplo no meu percurso académico, durante anos serviu de guia na minha vida académica e pessoal.

Bem, há muitas razões que podem me condicionar a esquecer de algumas pessoas aqui, sobretudo a distância e o tempo que estou ausente da casa, mas isso não significa que essas pessoas foram menos importantes na minha vida. Claro que gostaria imensamente de citar toda a minha família e amigos aqui, mas é obvio que isso não é possível pelas razões acima citadas. Portanto agradeço aos meus tios Malam Mango, Salifo Banora, Ansumane Mango (que sempre me aconselharam pela educação) e às minhas tias Fatumata Mango, Fenda Mango. Aos meus irmãos (as) e primos (as) Idrissa Mango, Bacar Mango, Aliu Cissé, Bacar Banora, Queba Mango, Siaca Mango, Mamadi Banora, Lassana Mango, Carambá Banora, Abubacar Mango, Mussa Banora, Aminata Mango, Djara Cissé, Issufo Mango, Ansumane Banora, Sona Banora, Famata Mango e Djanqué Mango, as vossas energias me atingem mesmo longe. As minhas cunhadas e cunhados Fatú Mango, Fanta Djata, Suncar Mango, Baciro Djata, Braima Mandjam e Nhalim Danfa. As minhas sobrinhas (os) Adiato Lamine Mango, Ensa Banora, Adjirato Lamine Mango, Suleimane Saico Biai, Maimuna Mango, Uié Mango e Mamadú Lamine Djata e a toda minha família.

Este trabalho foi muito custoso para mim, mas valeu a pena realizá-lo. Seria injusto não destacar o meu ilustre professor Dr. Karl Gerhard Seibert pela excelente orientação que contribuiu muito para o meu desempenho e me fizeram crescer bastante, pelos estímulos e ganhos de experiência, as críticas, a paciência e disponibilidades em todos os momentos. À Profa. Dra. Caroline Rodrigues Cardoso (Mussubá) pelos conselhos e ajudas académicas. À

Profª Drª Núbia Moura Ribeiro pelo carinho e profissionalismo comigo e com todos estudantes da UNILAB como diretora do Campus dos Malês. Ao Prof. Dr. Paulo Sérgio de Proença pelo lindo gesto pessoal e profissional em atender as nossas necessidades académicas e estímulos conosco desde início e a todos os professores (as) da UNILAB, meus agradecimentos. A todos professores que fizeram parte do meu percurso estudantil, em especial ao Mamadú Tassilima Djaló e Sidónio Segunda Augusto Bana. À Profª Drª Cristiane Conceição Silva e a bibliotecária Helka Sampaio Ramos pelos apoios e análises textuais. Aos meus amigos (as) que hoje considero irmãos (as): Bernardo Alexandre Intipe, Suleimane Alfa Bá, Baticã Braima Ença Mané, Daniel Luís Tchuda, Neemias António Nanque, Braima Seidi, Luís Fernandes Júnior, Sambel Baldé, Beto Infande, Amadú Embaló, Aua Cassamá, Alexandre de Nascimento Bravo, Baian Alanan Embana, Ébano França, João Dító Sambú, Jorgíto Francisco Cusna, Aila António Gomes, Avelino Váz e os demais colegas e amigos da vida académica liceal e universitária. Meus agradecimentos estendem-se à Renata Michele Gomes da Silva, pela pura mão de amizade que parece insignificante, mas que tem grande importância na minha vida. À Caroline Amaral Reis, a mulher que esteve ao meu lado durante o tempo todo com muita paciência, colaboração e estímulo para seguir atrás dos meus sonhos, obrigado do fundo meu coração.

Por último, os meus agradecimentos vão para Edilson Maria Oliveira, Ana Bico Fernandes, Malam Danfa (Bassinho), Adérito Baba Turé e Lassana Turé, pelas recepções calorosas que sempre tiveram comigo nas suas casas durante as férias e, pelos conselhos que me deram para seguir e alcançar os objetivos no estudo. Ao Aladji Camará, Suleimane Saico Sano, Cizeucílio Monteiro Araújo, Samba Tenen Camará e Paulo Gomes Váz.

A todos, os meus profundos agradecimentos!

Nenhum povo do mundo gosta da guerra, mas nós fomos obrigados a fazer guerra pela nossa liberdade.

Augusto Cardoso, 2016.

RESUMO

Este trabalho estuda o processo colonial português na África, assunto que marcou o mundo e ganhou mais repercussão mundial a partir de década de 40 até meados de 70; nessa época houve mais envolvimento das organizações e países não africanos para colocar um fim na colonização europeia. Esse processo histórico marcou os atuais países: a Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, em diversas situações no que referem a uma nação independente. Os reflexos de colonialismo continuam vivos nas sociedades destes países, ainda hoje, desde a língua portuguesa que é imposta pelo colonialismo como língua da educação e o trabalho, os sistemas administrativos atuais destes países são do modelo português. Este trabalho procura trazer à tona os diversos parâmetros pelo qual este processo passou até chegar ao seu fim, à importância das lutas e a preservação histórica da libertação desses países. A importância da valorização identitária, através do qual os nacionalistas lutaram pelos seus povos, com intuito de resgatar a liberdade, o respeito, a voz e a verdadeira identidade africana aos povos africanos foi a grande motivação para a luta de independência.

Palavras-chave: Descolonização – África - História. África – Colonização. Movimentos de libertação nacional – África. Colônias – História.

ABSTRACT

This work studies the Portuguese colonial process in Africa, a subject that marked the world and gained more worldwide repercussion from the 1940s until the mid 1970s; at that time there was more involvement of non-African organizations and countries to put an end to European colonization. This historical process marked the current countries the Guinea-Bissau, Angola, Cape Verde, Mozambique and Sao Tome and Principe, in several situations in which they refer to an independent nation. The repercussions of colonialism remain alive in the societies of these countries, even today. The Portuguese language is imposed by colonialism as a language of education and work; also the administrative systems are of the Portuguese model. This work seeks to bring to light the various parameters through which this process has passed until its end, the importance of the struggles and the historical preservation of the liberation of these countries. The importance of the valorization of identity, through which the nationalists fought for their peoples, in order to rescue the freedom, respect, voice and the true African identity to the African peoples, was the great motivation for the independence struggle.

Keywords: Descolonization – Africa - History. Africa - Colonization. National Liberation Movements - Africa. Colonies - History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa ilustrativo da colonização europeia em África	18
Figura 2 -	Mapa ilustrativo de Portugal e as suas colônias em África	26
Quadro 1 -	Ano de fundação dos movimentos anti-coloniais e unitários da África Portuguesa.	28
Tabela 1 -	Distribuição populacional angolana nas décadas de 1950 e 1960	32
Figura 3 -	Mapa ilustrativo da República Popular de Angola	45
Figura 4 -	Mapa ilustrativo da República da Guiné-Bissau	46
Figura 5 -	Mapa ilustrativo da República de Moçambique	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALLIAMA	Aliança Nacional Mayombe
CAUNC	Comité de Acção da União Nacional de Cabinda
CCLA	Comité de Coordenador de Libertação da África
CD	Comité de Descolonização das Nações Unidas
CEA	Centro dos Estudos Africanos
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CEL	Comité Executivo da Luta
CLSTP	Comité da Libertação de Libertação São Tomé e Príncipe
CMA	Clube Marítimo Africano
CONCP	Conferência das Organizações Nacionais das Colônias Portuguesas
CPI	Corpo da Polícia Indígena
CSLA	Conselho Supremo de Libertação de Angola
CSNC	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DGS	Direcção Geral de Segurança
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FICO	Frente Integracionista de Continuidade Ocidental
FLEC	Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda
FLING	Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné
FNL	Frente Nacional de Libertação (de Argélia)
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FPL	Frente Popular Livre
FPL-GB	Frente Popular da Libertação da Guiné-Bissau
FRAIN	Frente Revolucionário Africano para a Independência Nacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GRAE	Governo Revolucionário Angolano no Exílio
MAC	Movimento Anti-Colonialista
MANU	Mozambique African National Union
MFA	Movimento das Forças Armadas
MINA	Movimento da Independência Nacional Angolano
MING	Movimento para a Independência Nacional da Guiné
MLEC	Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda
MLG	Movimento da Libertação da Guiné
MLGCV	Movimento da Libertação da Guiné e Cabo Verde
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MML	Movimento de Moçambique Livre
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Africana
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCA	Partido Comunista Angolano
PCP	Partido Comunista Português
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDA	Partido Democrático Angolano
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PLUAA	Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola

RCM	Rádio Clube Moçambique
RDAG	Reunião Democrática Africana da Guiné
RDC	República Democrática do Congo
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RL	Rádio Liberdade
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UNAMI	União Nacional Africana de Moçambique Independente
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA	União dos Povos de Angola
UPG	União dos Povos da Guiné
UPGN	União das Populações da Guiné
UPICV	União do Povo das Ilhas de Cabo Verde
UPNA	União dos Povos do Norte de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	DA CONSCIENCIALIZAÇÃO POLÍTICA NA CASA DE ESTUDANTES DO IMPÉRIO ATÉ A CRIAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO	16
2.1	O CONTEXTO INTERNACIONAL DEPOIS DA II GUERRA MUNDIAL E A QUESTÃO COLONIAL	16
2.2	BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE ESTUDANTES DAS EX-COLÓNIAS EM PORTUGAL	21
2.3	A QUESTÃO DA DESCOLONIZAÇÃO NA ÁFRICA PORTUGUESA	25
2.4	A CRIAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO E OS SEUS OBJETIVOS E PROBLEMAS	31
2.4.1	Angola	31
2.4.2	Guiné e Cabo Verde	34
2.4.3	Moçambique	35
2.4.4	São Tomé e Príncipe	37
3	AS FASES DAS MUDANÇAS POLÍTICAS: DA IMINÊNCIA DAS GUERRAS E A CONQUISTA DAS INDEPENDÊNCIAS	38
3.1	OS MOTIVOS DO DESENCADEAMENTO DAS LUTAS ARMADAS	38
3.1.1	Guiné-Bissau	40
3.1.2	Angola	40
3.1.3	Moçambique	41
3.2	O SOCIALISMO E A COLONIZAÇÃO NA ÁFRICA PORTUGUESA	41
3.3	A LUTA ARMADA NOS TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS	42
3.4	AS CONSEQUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL PARA AS COLÓNIAS	49
3.5	A CONQUISTA DAS INDEPENDÊNCIAS	50
3.5.1	Guiné-Bissau	50
3.5.2	Cabo Verde	52
3.5.3	São Tomé e Príncipe	54
3.5.4	Moçambique	55
3.5.5	Angola	57
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo demonstrar o processo histórico colonial dos cinco países africanos hoje falantes da língua portuguesa, nomeadamente a Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Estes países eram territórios coloniais portuguesas desde a resolução da conferência do Berlim em 1884, onde o continente africano foi partilhado entre as potências europeias, a partir desse momento passaram a ser oficialmente as colónias do Portugal até 1975, quando todos esses territórios passaram a ser nações independentes.

Nos anos 50 do século XX a Europa pós II Guerra Mundial enfrentava problemas internos que ameaçavam a paz, algo que dificultaria a construção de uma sociedade sem perturbações de guerras. Resolveu-se criar os espaços de aproximação política e de fraternidade entre as nações como forma de evitar confronto das forças. Logo depois do fim da guerra, surgiram as Nações Unidas como meio de garantir a paz e a estabilidade no mundo. Essa organização vai propor também várias iniciativas para findar os problemas do colonialismo que os imperialistas europeus levavam acabo fora do continente europeu, ou seja, nos continentes africano e asiático.

A situação dos territórios coloniais portuguesas começou a despertar alguns membros da Casa dos Estudantes do Império, criada no princípio dos anos 40, um espaço académico onde faziam parte estudantes africanos e brancos provenientes das colónias portuguesas. Sendo um lugar que albergou estudantes dos diferentes territórios coloniais, estes criaram uma aproximação política entre si e começaram a pensar na situação dos seus territórios de origem.

Consequentemente, a partir da década de 50 começou a dar nas vistas o surgimento dos movimentos de libertação nos territórios africanos controlados por Portugal, pois os principais protagonistas dessas atividades foram os estudantes que residiam em Portugal e conheciam o sistema colonial com base nas suas experiências de politização na metrópole.

No princípio de anos 60, esses estudantes começaram as mobilizações entre os populares a fim de levar a cabo as atividades políticas que visavam libertar os seus territórios. Os ativismos políticos e as diversas iniciativas foram realizadas em nível interno nas colónias e junto às organizações internacionais, nos encontros e outros espaços políticos.

Durante esse processo político desencadearam-se as guerras de libertação contra o colonialismo português em três dos cinco territórios africanos (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique), que se alastraram por mais do que uma década.

Em 1974 ocorreu a Revolução de 25 de Abril em Portugal, que depôs o governo fascista de Marcello Caetano e abriu o caminho para a descolonização dos territórios ultramarinos.

Logo após o golpe, o controle do país passou para a mão dos militares revolucionários do Movimento das Forças Armadas (MFA) que procuraram reorganizar o país e, logo começaram as negociações com os movimentos de libertação sobre a concessão das independências que marcaram o fim da dominação de vários séculos de exploração do poder imperial.

Neste trabalho será detalhado cada período desse processo para uma melhor percepção do leitor no sentido de se orientar nos acontecimentos e processos que então marcaram esses territórios. O presente trabalho inclui toda a trajetória da saída do poder colonial português dos territórios da Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

2 DA CONSCIENCIALIZAÇÃO POLÍTICA NA CASA DE ESTUDANTES DO IMPÉRIO ATÉ A CRIAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

[...] jurei a mim mesmo que tenho que dar a minha vida, toda a minha energia, toda a minha coragem, toda a capacidade que posso ter como homem, até ao dia em que morrer, ao serviço do meu povo, na Guiné e Cabo Verde.

Ao serviço da causa da humanidade, para dar a minha contribuição, na medida do possível, para a vida do homem se tornar melhor no mundo.

Este é que é o meu trabalho.

(CABRAL, 1969, p. 1).

2.1 O CONTEXTO INTERNACIONAL DEPOIS DA II GUERRA MUNDIAL E A QUESTÃO COLONIAL

A partir dos meados da década 1940, começava a emergir o novo clima de mudanças políticas em nível internacional sobre a descolonização. Desde 1885 o continente africano estava sob a supremacia do poder colonial europeia partilhada entre vários países, um cenário que era baseado na dominação política e em explorações económicas que desvalorizavam e destruíam as suas culturas e negando todas as personalidades enquanto seres humanos. Assim, era um fenómeno que tornava a vida destes nativos menos digna. Os povos colonizados optaram por alcançar as suas liberdades e a autonomia enquanto seres humanos para tomar conta do seu próprio futuro e também dos seus territórios (BORGES, 2008, p. 104).

Nessa época, vale a pena destacar a grande bipolarização que se vivia no mundo entre as duas grandes potências mundiais logo após a II Guerra Mundial (1939-1945), Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), depois de terem lutado lado a lado nessa guerra com objetivo de derrotar o Eixo-nazifascista.¹

Eram evidentes as clivagens e os confrontos em termos das influências políticas, ideológicas, económicas e culturais. Era uma guerra fria que opunha estes dois grandes sistemas políticos amplamente distintos, os EUA com sistema democrático capitalista a URSS com sistema totalitário socialista. Foi um cenário geopolítico que também teve seus reflexos em África, assim como em grande parte da Ásia a partir das influências socialistas e revolucionárias nas ideologias dos movimentos de libertação.

¹ A bipolarização entre os EUA e a URSS resultou na criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, pelos Estados Unidos, Canadá e os países europeus democráticos da economia capitalista como forma de fortificar a aliança militar e proteger os aliados dos Estados Unidos e ao mesmo tempo não facilitar um possível ataque proveniente de leste europeu.

Após a II Guerra Mundial o mundo estava a tentar estabelecer o clima de paz entre as nações, como forma de manter as sociedades longe de catástrofes da guerra; aos mesmos moldes, foi assinada durante a conferência de São Francisco a carta que constituiu a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 26 de julho de 1945. Foi ratificada em 24 de outubro de 1945 por 51 países, entre os quais: EUA, Reino Unido, França, Brasil e URSS. O principal promotor da fundação da ONU foi o então presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt, que faleceu pouco antes da fundação (VIEIRA, 2009, p. 2).

A ONU surgiu depois de fracasso da Sociedade Das Nações (SDN), também conhecida como Liga das Nações, criada depois da I Guerra Mundial (1914-1918), no dia 28 de abril de 1919 durante a Conferência da Paz em França, no decorrer de Tratado de Versalhes. Esta ideia surgiu no ponto nove da carta do presidente norte-americano Woodrow Wilson, como uma organização internacional que tinha como objetivo “a identificação e resolução das ameaças à paz e às seguranças internacionais”, uma carta de quatorze pontos que na altura recolheu a assinatura de 44 estados, entre os quais EUA, França e entre outros (XAVIER et al., 2007, p. 20).

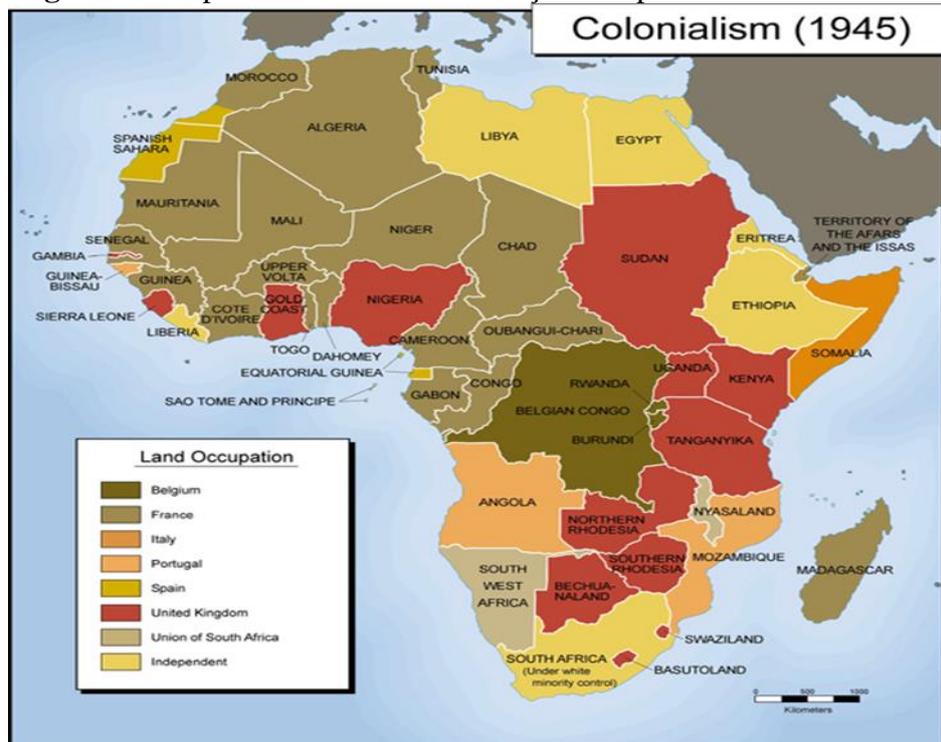
A referida Carta das Nações Unidas, no seu Art. 1º, diz que objetivo é:

Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e auto-determinação dos povos, a tomar outras medidas apropriadas para reforçar a paz universal e “Manter a paz e segurança internacional, impulsionar os direitos humanos” (ONU, 2015).

Outra disposição expressa no mesmo documento propõe: “legitimar as lutas anticoloniais de libertação nacional e a construção dos estados autônomos” (MONTEIRO, 2013, p. 125).

A partir deste momento, era evidente a aspiração da descolonização em todos os territórios que estavam sob o domínio colonial; o mapa abaixo mostra a localização desses países e seus colonizadores:

Figura 1 - Mapa ilustrativo da colonização europeia na África



Fonte: <https://www.google.com.mapacolonialedafrica1945>

Na Europa, ao aproximar dos sinais da descolonização, já com a divisão do mundo em dois blocos de ideologias opostas, começaram as discussões sobre a descolonização nos territórios ultramarinos ocupados pela Inglaterra, França, Bélgica, Itália, Espanha e Portugal (CARVALHO, 2009, p. 35).

A partir de 1945, desenvolveu-se entre os povos colonizados um forte sentimento anti-colonialista, de recusa da dominação europeia, que os sujeitava à exploração econômica, desvalorizava e destruía a sua cultura negando toda a sua personalidade enquanto homens. Pretendiam reconquistar a sua dignidade de seres humanos livres e responsáveis pelos seus futuros (ONU, 2015).

Era óbvio perceber essas mudanças no sentido político no período pós-guerra, com o surgimento do movimento asiático durante a Conferência das Relações Asiáticas, em Nova Delhi, em 1947, o que foi grande encorajamento para os movimentos nacionalistas asiáticos na Indochina, Índia e Indonésia. Com o passar do tempo, os primeiros resultados da descolonização começaram a surgir nas colônias britânicas. O Reino Unido deu pontapé de saída em atribuir a independência à Índia em 1947, sua principal colônia, depois de campanhas neste território a favor da independência. Este território foi dividido em dois países independentes, Índia (hindus) e Paquistão (muçulmanos). Essa independência aconteceu por razões políticas e também econômicas, ou seja, devido à decadência que se verificava na Europa

logo após a II Guerra Mundial. Embora o Reino Unido fosse um dos países vencedores dessa guerra, estava praticamente devastada em termos económicos, razão pela qual a continuidade do seu império tornou-se difícil ao mesmo tempo com a reorganização económica do país. Daí foi também um dos países que aprovaram a Carta das Nações Unidas (1945), aprovando assim uma descolonização progressiva.

As disposições da Carta das Nações Unidas sobre a descolonização acima referida reconhecem o direito intransferível dos povos à autodeterminação e à independência. Ela permitiu ao mundo assistir pela primeira vez o surgimento de novos países (independentes) no continente africano, entre os quais a República de Sudão, Tunísia e Marrocos, que conquistaram a independência em 1956. A República de Gana, surgida em 1957, foi o primeiro país independente da África ao sul de Sahara. A administração de Kwame N'krumah, primeiro presidente da já independente República do Gana, intensificou a ação política junto aos outros países do mesmo continente incluindo os territórios em vias da independência, para aproximar e discutir as questões ligadas à “unidade” entre os seus povos e a combate ao colonialismo.

Após o Reino Unido ter iniciado o processo de descolonização em Ásia, a França também apareceu na cena, mas já de forma diferente devido à sua renitência, pois chegou a criar climas violentos em algumas colónias quando respondeu com repressão á reivindicação da descolonização em Madagascar, Argélia e Indochina.

Os malgaches² sempre insurgiram contra o *status* colonial imposto pela metrópole francesa. Em diversas situações, as suas lutas eram de forma política, enquanto nas outras situações eram grandes sublevações contra o poder colonial francesas. Desde a instalação francesa naquele território em 1600 até 1947, estimava-se que cerca de 100.000 malgaches foram mortos, vítimas da repressão colonial francês (MADAGASCAR, 2016).

Quanto à “Argélia francesa”, (denominação da metrópole francesa), os colonizados faziam manifestações e revoltas, devido às péssimas condições de vida em que maioria da população vivia. Mesmo assim a França não abriu mão do controle desta colónia, o que levou a população argelina a apoiar fortemente os nacionalistas que pretendiam libertar este território. As repressões eram feitas como forma de intimidar a população a não apoiar os movimentos de libertação daqueles territórios para independências. A França não se sentia confortável com tal situação devido aos interesses económicos e políticos que detinha nestes territórios, sobretudo em Argélia onde resistiu mais em relação às outras colónias; existia uma grande comunidade

² Malgaches são povos ou habitantes naturais de Madagascar, também uma das línguas falada nesta ilha chama-se malgache.

francesa e o resto da região de Saara, onde foram descobertos petróleo e gás natural a partir de segunda metade da década de 50 (SAMPAIO, 2013, p. 31).

A Indochina é uma região situada entre Índia e China que abrange Vietnã, Laos e Camboja. Depois da saída dos japoneses, foi reocupada pela França no período de 1946-1954, por não aceitar a independência dos países nesta região e estendeu-se a uma onda de repressão, antes da sua saída definitiva naquelas regiões.

Mas isto não travou as independências; a Itália não conseguiu evitar a independência da Líbia, um território “seu” ocupado desde a II Guerra Mundial pelo Reino Unido e a França. Depois de II Guerra Mundial a questão do território líbio surgiu na ONU com a proposta de ser administrada por outra nação com mandato da ONU, mas essa ideia foi rejeitada pelos líbios que manifestaram o desejo de se tornar independentes. Acabaram por ser apoiados pela ONU e, em 10 de fevereiro de 1951 a Líbia se tornou um país independente. O envolvimento direto da ONU na questão líbia possibilitou uma libertação mais cedo em relação à Somália, outra colônia italiana, que alcançou a sua independência em 1º. de julho de 1960. Na outra margem, a Bélgica concedeu a independência ao Congo em 30 de junho de 1960. Nesse mesmo ano nasceram do processo de descolonização mais 16 novos estados africanos das outras potências coloniais. Daí o ano de 1960 se tornou conhecido como ano da independência da África. Contudo, contrário às outras potências coloniais, Portugal se opôs totalmente à ideia da descolonização, alegando que os territórios fariam parte integrante do país. Foi uma recusa que teve motivações políticas, mas também económicas, visto que o regime português achou que sem colônias Portugal não era viável (CAU, 2011, p. 20).

Importante historicamente também para questão anticolonial foi a conferência de Bandung realizada entre os dias 24 e 29 de abril de 1955, na cidade indonésia do mesmo nome. Nela foram abordados vários assuntos entre os quais a oposição ao colonialismo, à formação da identidade nacional, o não-alinhamento aos blocos políticos e a soberania nacional das jovens nações independentes no chamado “Terceiro Mundo”³. Foi pela primeira vez que os representantes dos países africanos e asiáticos trataram de si e dos problemas internacionais que lhes diziam respeito⁴.

³ Bandung é uma cidade indonésia localizada na província de Java Ocidental, é a terceira maior cidade do país depois da Jacarta e a Surabaia.

⁴ Os únicos países africanos participantes nesta conferência foram a Etiópia, Líbia, Costa de Ouro (atual Gana), Sudão, Egito e Libéria.

2.2 BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE ESTUDANTES DAS EX-COLÔNIAS EM PORTUGAL

Enquanto Portugal recusava categoricamente qualquer descolonização, as raízes dos movimentos de libertação nas suas colónias apareciam na própria metrópole. A Casa dos Estudantes do Império (CEI) ou “Berço de líderes africanos em Lisboa”, como também é conhecido, era uma instituição universitária do estado português. Foi fundada e oficializada em 1944 por proposta do então Ministro das Colónias Vieira Machado, durante o regime ditatorial de António de Oliveira Salazar (1933-1974)⁵. O objetivo era criar um espaço comunitário e recreativo para os estudantes universitários oriundos das colónias portuguesas.

Em África, estes estudantes eram brancos (filhos dos colonos portugueses) e negros⁶. Devido à inexistência das instituições do ensino superior nesses territórios na altura, tiveram que dar continuidade aos estudos universitários em Portugal. O regime criou a CEI com o intuito de fortalecer a mentalidade imperial e o sentido da “portugalidade” no seio dos estudantes da Casa, entre os quais os africanos: Amílcar Lopes Cabral, Vasco Cabral, Onésimo Silveira, da Guiné e Cabo Verde; Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Fernando França Van Dúnem, Lúcio Lara, Alda Lara e Pepetela, de Angola; Pascoal Mocumbi, Joaquim Alberto Chissano, de Moçambique; e Alda do Espírito Santo e Francisco José Tenreiro de São Tomé e Príncipe.

Porém, pouco a pouco, esses estudantes começaram a inverter as suas orientações ideológicas de uma posição a favor de Estado Novo à luta contra o governo fascista português. Mais tarde, em 1951, Cabral, Pinto de Andrade e outros estudantes do CEI fundaram o Centro de Estudos Africanos (CEA) para aprofundar os seus debates políticos. O CEA funcionava na casa de um tio da são-tomense Alda do Espírito Santo na Rua Actor Vale, em Lisboa, onde vivia uma senhora chamada Andreza. Na verdade, era óbvio que nem todos os estudantes africanos faziam parte dessa iniciativa, porque era uma estrutura fechada precisamente por causa da perseguição pela Polícia Internacional da Defesa e do Estado (PIDE)⁷.

⁵ António de Oliveira Salazar foi nomeado ministro das finanças em 1928 e tornou-se a figura preponderante da ditadura militar no poder desde 1926. O salazarismo era um regime dividido em três fases: a primeira fase foi de 1926 até 1933, ano da instalação de Estado Novo; a segunda fase aconteceu entre 1933 à 1968, ano da substituição de Salazar por Marcello Caetano, por motivos de doença, e finalmente a terceira fase que decorreu de 1968 até a queda do regime em 1974.

⁶ De acordo com Borges (2008, p. 55), Cabral era bolsheiro da Casa entre 1947 a 1951 e participou nas atividades desenvolvidas pela instituição estudantil. Além disso, desempenhou funções como Secretário da Direção da Secção das Ilhas de Cabo Verde e São Tomé, incluindo o território da Guiné portuguesa e assume a vice-presidência da Casa, em 1951.

⁷ O Centro de Estudos Africanos foi limitado como forma de evitar infiltração de pessoas que podiam vasar as informações para fora, era difícil saber se todas as pessoas eram confiáveis.

Facto motivador que impulsionou o ativismo político dos associados da CEI, nomeadamente Amílcar Cabral e os demais estudantes africanos já citados, foi aprofundar os estudos relativos às identidades e realidades dos territórios de que eram originários (CARLOS, 2015).

Esses ativistas basearam os seus esforços no nacionalismo como princípio político que coloca no topo dos valores o lugar de origem. A partir dessa compreensão passaram a frequentar debates, colóquios e também produzir as edições próprias, com conteúdos diversos incluindo contos, poemas e outras formas de expressão cultural.

Depois em 1953, devido à saída de Portugal de Cabral e de Pinto de Andrade, o CEA deixou de funcionar. Assim, as duas instituições (CEI e CEA) se tornaram no berço de nacionalismo das ex-colónias em Portugal. Justamente porque ali passaram muitas figuras da resistência, que posteriormente assumiram um papel importante e responsável na luta de libertação dos antigos territórios em África e no período pós-colonial⁸.

De facto, a conscientização dos estudantes africanos iniciou-se com influências originárias antes da II Guerra Mundial. Sob o clima da afirmação ideológica, após I Guerra Mundial, a consciencialização negro-africana foi propícia para o desenvolvimento do mundo colonizado. Nos anos de 1920 surgiu nos EUA, *Black Harlem Renaissance* também conhecido por New Negro um movimento de capacitação com objetivos em campanhas de empenho na valorização do negro (BORGES, 2008, p. 58). Além disso, o renascimento cultural e político dos negros despertou o mundo através do Pan-africanismo que é do séc. XIX, anterior à *Harlem Renaissance* e a Negritude⁹.

A Negritude foi uma ideologia de autovalorização, mobilização cultural e conscientização entre os negros espalhados em todo o mundo, idealizado fora do continente-mãe da raça negra (África), e conseguiu ter grandes repercussões e vantagens em diversos continentes; surgiu primeiro na França, entre estudantes negros de Caraíbas e Senegal (Aime Cesaire, Léon Dumas e Leopold Sedar Senghor) e estendeu-se pelos Estados Unidos e atingiu a África e estendeu-se por muitos cantos do mundo com o objetivo de alcançar os negros na diáspora. Seu maior objetivo passa pela disposição de lutar a favor do resgate da identidade cultural esvanecido do povo negro (DOMINGUES, 2005, p. 3). Estes dois aspetos foram

⁸ Entre os estudantes africanos das ex-colónias em Lisboa, o nacionalismo, a união e a determinação eram os principais fatores para o êxito das suas lutas feitas na base de autodeterminação com o intuito de voltar e libertar os seus territórios de colonialismo.

⁹ O pan-africanismo defendia a independência dos países africanos bem como uma associação entre todos os territórios africanos a fim de promover e defender a sua integridade política, económica e cultural. Este movimento tinha como o principal líder William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963) e Marcus Garvey.

fundamentais e impulsionadores no novo projeto nacionalista destes jovens africanos em Lisboa, de salientar que:

As ideias dos primeiros esboços doutrinários que muito influenciaram o despertar da consciência revolucionária anti-colonial em África provêm de duas correntes fundamentais: a Negritude e o Pan-africanismo. Ambas aparecem com o objetivo de reabilitar a identidade negro-africana, para a recuperação de uma personalidade considerada destruída, inferiorizada e desprestigiada que é a identidade africana (CAPOCO, 2013, p. 43).

O pan-africanismo teve grande influência na conscientização das lutas para a independência nacional em África, pois este fator torna-se uma causa comum e contribuiu na motivação de um espírito de cooperação e união entre os povos africanos e distinguiu-se como uma guia às lutas dos movimentos da libertação nacional (VILLEN, 2013, p. 37). A CEI e o CEA, assim como o Clube Marítimo Africano (CMA, 1955-1961), uma organização de trabalhadores africanos, eram espaços de encontro entre os estudantes e operários das ex-colónias para fazer avante ao justo processo de descolonização.

Em 1965, a Casa dos Estudantes do Império que involuntariamente teve um papel fundamental para as lutas de independência foi encerrada por intervenção da PIDE¹⁰. “A casa não existia apenas em Lisboa” que era sede, tinha uma delegação em Coimbra, segundo o historiador Álvaro Mateus. No entanto, a consciência dos estudantes da CEI despertou sobre a ditadura de Salazar e o sistema colonial português, um ideal nacionalista e ao mesmo tempo eles descobriram a valorização das culturas dos povos colonizados (CARLOS, 2015).

Aqueles que formulam a questão colonial de acordo com o falso ponto de vista do poder colonial, que estão desiludidos com as promessas fúteis de “preparar” os povos colonizados para o “autogoverno”, que pensam que seus opressores imperialistas são “racionais” e “morais” e que vão renunciar as suas “possessões” uma vez confrontadas com a verdade da injustiça do colonialismo, estão tragicamente enganados. O imperialismo não conhece nenhuma lei além de seus próprios interesses (N’KRUMAH, 1968).

Numa altura em que apareceram as primeiras organizações nacionalistas nas colónias portuguesas, realizaram-se em países independentes de África várias conferências a favor da descolonização e unidade política do continente. A I Conferência dos Povos Africanos em Accra, Gana, de 6 a 13 de dezembro de 1958, tinha a mesma ligação ideológica com a luta dos estudantes africanos em Lisboa. Essa conferência foi dirigida pelo então presidente ganhês Kwame N’krumah, foram abordados quatro assuntos para uma África unida e independente:

¹⁰ Polícia Internacional da Defesa e do Estado

- 1º Obter a vossa liberdade e a vossa independência;
- 2º Consolidá-las;
- 3º Criar a unidade e a comunidades dos estados livres da África;
- 4º Proceder à reconstrução econômica e social do continente africano.

Era uma conferência que serviu de encorajamento para os movimentos independentistas em toda a África. Logo a seguir realizaram-se outros, com os mesmos objetivos. De 4 a 8 de agosto de 1959, foi realizada a conferência dos Estados Africanos Independentes, em Monróvia, capital de Libéria, onde foram debatidos vários assuntos entre os quais a autodeterminação dos territórios coloniais.

Já a II Conferência dos Povos Africanos aconteceu em Tunes, nos dias 25 a 31 de janeiro de 1960. Angola foi representada pelo nacionalista Holden Roberto, presidente do movimento independentista União dos Povos de Angola (UPA), que reivindicou a independência de Angola e fez apelo para que pudesse ser inscrito na XV sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas o problema de ultramar português.

A III Conferência dos Povos Africanos realizada em Março de 1961 no Cairo, Egito e foi mais virada à África portuguesa, pois nela foi explicitamente reclamada a independência de todas as possessões portuguesas e foi notável uma evolução significativa em relação à Conferência de Bandung, pois houve evoluções e mais comprometimento dos nacionalistas com a libertação do jugo colonial (GARCIA, 2000, p. 19-20). Essas conferências foram espaços dos ativismos políticos que antecederam as lutas de libertação nas colónias portuguesas, exceto a realização da terceira, pois naquela altura, Angola se encontrava na luta de libertação desde um mês antes.

A criação da Organização da Unidade Africana (OUA) foi muito bem pensada no momento, como uma organização africana de caráter político e social que nasceu em 25 de maio de 1963 na cimeira de Adis-Abeba, capital etíope. Dada a situação colonial em que uma parte do continente se encontrava, enquanto a maior parte das ex-colónias já tinha conquistado a independência, cresceu a onda de solidariedade entre os estados africanos contra o colonialismo. As iniciativas da OUA projetaram os instrumentos jurídicos e políticos para ajudar a neutralizar as sequelas dos poderes coloniais em certos territórios ainda ocupados. Com a natureza continental, a OUA foi estruturada pelos membros dos países já independentes e estendeu a sua política na preservação e desenvolvimento dos estados independentes e, por outro lado, serviu de espaço de apoio aos territórios em vias da independência no continente

africano (CAPOCO, 2013, p. 83-84). A OUA teve um papel fundamental na luta contra o Apartheid na África do Sul e na descolonização da África, pois colaborou com apoio direto aos movimentos através do seu Comité Coordenador de Libertação da África (CCLA) criado em 1963, que internacionalizou politicamente as lutas e legitimou-as ao mesmo tempo.

2.3 A QUESTÃO DA DESCOLONIZAÇÃO NA ÁFRICA PORTUGUESA

Depois da II Guerra Mundial, da parte das potências coloniais mais desenvolvidas; uma política a favor da descolonização estava inter-relacionada com o crescente anti-colonialismo das Nações Unidas e com a posição dos Estados Unidos, que com a guerra fria, se inclinavam a favor do bloco afro-asiático cada vez mais influente na política mundial para conter a influência da União Soviética nestes países recém-independentes.

No entanto, de acordo com a informação acima referida, Portugal sempre parecia oposto ao mesmo caminho que os outros colonizadores defendiam. Em resposta a pressões internacionais a favor da descolonização houve apenas a mudança na denominação dos territórios, que passaram a ser chamados de “Províncias Ultramarinas” a partir de 11 de junho de 1951. Assim, a política colonial portuguesa continuou na mesma, pois era apenas troca de nome, ou seja, uma simulação. O mapa a seguir demonstra a localização de metrópole e das ditas “províncias ultramarinas” de Portugal.

obrigados a fazer trabalhos agrícolas nas roças (plantações) que consideravam baixo de seus estatutos de homens livres.

As atrocidades em São Tomé foram cometidas sob as ordens do então governador Carlos de Sousa Gorgulho (1945-53) por voluntários portugueses e pelo Corpo da Polícia Indígena (CPI), que foi uma força estruturada por soldados angolanos ao serviço de Portugal.

No dia 3 de agosto de 1959 houve o “Massacre de Pindjiguiti” na Guiné-Bissau, onde trabalhadores ligados a antiga Casa Gouveia estavam a reivindicar um aumento salarial e a redução do horário do trabalho, foram barbaramente assassinados pela polícia colonial, depois deste acontecimento o PAIGC¹¹ começou a mobilização camponesa para poder iniciar a luta armada.

Quase um ano depois aconteceu algo similar em Moçambique no dia 16 de junho 1960 concretamente em Mueda no norte do território onde, conforme a história oficial, cerca de 500 pessoas morreram em uma manifestação de produtores de algodão que estavam contra a exploração econômica e foram executadas pela polícia colonial e os militares.

Em Angola uma rebelião semelhante aconteceu em 4 de janeiro de 1961 na Baixa-Kassanje em Malanje no centro do território. O acontecimento mereceu a reação do regime colonial através dos bombardeios com a bomba *napalm* que provocou a morte de milhares de trabalhadores agrícolas ligados a uma companhia de algodão belga COTONANG, que tinham exigido a isenção no pagamento do imposto e a abolição de trabalho forçado.

Para o mundo tudo isso demonstrou a crueldade do regime implementado nas colónias portuguesas na altura. Estas manifestações populares que tinham acontecido nestes quatro colónias não eram organizadas pelos movimentos independentistas, mas feitas espontaneamente pelos populares para protestar contra formas de exploração e medidas opressivas do regime colonial português, este oprimiu estas manifestações com grande violência.

Considerando as brutalidades do regime português nas suas colónias, onde os homens eram impedidos de gozo dos seus direitos fundamentais e, por outro lado o regime não queria que eles pudessem alcançar a independência de forma pacífica. Em outubro de 1960, o PAIGC enviou uma declaração ao governo português como forma de declarar e reivindicar a autodeterminação e com a mesma propuseram negociações pacíficas. Contudo, Salazar manteve-se silencioso e a partir daí o governo passou a considerar os nacionalistas como “terroristas” (SILVA; SANTOS, 2014, p. 37). Depois do fim do CEA, em 1953, os nacionalistas

¹¹ Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.

dos diferentes territórios, sobretudo os da Guiné e Angola, reuniram-se e criaram espaços de debates sobre a necessidade de luta nos seus territórios e as realidades do colonialismo português a nível internacional. Estas organizações anti-colonialistas foram as seguintes:

QUADRO 1 - Ano de fundação dos movimentos anti-coloniais e unitários da África Portuguesa.

Movimento Anti-Colonialista (MAC)	1959
Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN)	1960
Conferência das Organizações Nacionais das Colónias Portuguesas (CONCP)	1961

Fonte: Elaborado pelo autor.

O MAC foi criado em Roma, em 1959 e entre os principais protagonistas da sua criação estiveram Viriato da Cruz, Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade. O FRAIN surgiu em Tunes, durante a Conferência dos Povos Pan-africanos, em 1960. Cabral, Lúcio Lara, Pinto de Andrade e Viriato da Cruz participaram na sua criação. Em 1961, a CONCP foi criada em Casablanca, através duma reunião organizada pelo Movimento Popular da Libertação de Angola (MPLA), Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Comité da Libertação do São Tomé e Príncipe (CLSTP), União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) e a Liga de Goa. Os objetivos das criações destas organizações tinham a ver com as políticas que existiam e a unificação das frentes das lutas.

Amílcar Cabral, como presidente da FRAIN, apresentou primeiro documento de denúncia do colonialismo português intitulado *Facts about Portuguese Colonialism*, em Londres em junho de 1960. Esta denúncia teve um enorme impacto na imprensa internacional. O documento serviu para alertar a opinião pública sobre a realidade dos territórios africanos colonizados por Portugal e o baixo nível de vida da população naqueles territórios, mas serviu também para denunciar o sistema governamental português (BORGES, 2008, p. 111).

As negociações políticas com o regime português eram desejadas pelos nacionalistas, mas Salazar não aceitava quaisquer negociações sobre a descolonização e bloqueou todas as possibilidades de uma solução negociada para uma independência. Além disso, manifestou-se o desejo e o objetivo para a obtenção de uma autodeterminação e a independência por parte dos movimentos independentistas junto do Comité de Descolonização (CD) das Nações Unidas através das negociações com o regime português; no entanto, não houve esta possibilidade entre

as partes. Os nacionalistas indicaram ao Comité de Descolonização sobre as suas tentativas de negociação com o governo português que acabou fracassado no caso do PAIGC. Os outros movimentos desejavam a mesma negociação também: a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP). Este último não possuía condições para luta armada, por motivos geográficos e logísticos.

Os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas em África (PAIGC, MPLA, FNLA, CLSTP e FRELIMO) apresentaram duas propostas ao CD em 1965 para o efeito: a primeira defendia a razão de terem utilizado o poder militar para obrigar Portugal a reconhecer o direito à autodeterminação e à independência, embora o CLSTP não desencadeasse uma ofensiva armada por razões acima referida, enquanto segunda propôs a possibilidade de realizações das negociações diplomáticas com o regime português. A via armada foi motivada pela recusa do governo português em não aceitar negociar. Mesmo assim os movimentos afirmaram estar disponíveis a aceitar negociar; contudo, Portugal não aceitou a possibilidade de um espaço de diálogo (SANTOS, 2009, p. 2).

Em relação à descolonização, distingue-se o impacto da revolução cultural chinesa (1966-1969), sob a liderança de Mao Tsé-tung, que foi importante na conscientização da África negra (das colónias portuguesas) e serviu de exemplo para alguns movimentos da libertação, nomeadamente a FRELIMO e a UNITA, em pensar vias de libertação dos povos que se encontravam controlados pelo Portugal, em termos da revolução armada e sem descartar a possibilidade política como outra via para libertação (BORGES, 2008, p. 105).

Em 1968, Salazar deixou o poder quando sofreu um acidente vascular cerebral (AVC) e foi sucedido pelo ministro Marcello Caetano, professor universitário visto como mais liberal no regime. Contudo, apesar de mudanças inicialmente anunciadas no sistema político em relação ao regime salazarista, não havia muita diferença no regime de Caetano, que também não aceitou a descolonização.

Também fora das Nações Unidas continuaram os encontros internacionais em apoio aos movimentos de libertação e contra o colonialismo português. Neste contexto, a II Conferência de Solidariedade dos Povos das Colónias Portuguesas, realizada em Roma de 27 a 29 de junho de 1970, teve um papel importantíssimo para os líderes dos movimentos nacionalistas exporem ao mundo a realidade que se vivia nas colónias portuguesas. Neste evento, Agostinho Neto mostrou confiança e otimismo ao dizer o seguinte: “[...] estamos certos de que Roma raiará uma

etapa nova na conquista de apoio moral, político e material do qual o nosso povo tem necessitado”.

Era um discurso sinalizador de isolamento político de Portugal na arena internacional, o que tornou evidente a catástrofe do colonialismo português se continuasse a recusar ouvir a voz da razão (A LUTA, 2005).

Na conferência em Roma estiveram reunidos cerca de 177 representantes das organizações nacionais e internacionais. Um total de 64 países de todos os continentes esteve representado através de comitês nacionais, organismos internacionais (ONU e OUA), partidos políticos, organizações sindicais, conferência cristã para a paz, entre outros. Na margem deste evento Amílcar Cabral (PAIGC), Agostinho Neto (MPLA) e Marcelino dos Santos (FRELIMO) conseguiram uma audiência especial no Vaticano, com o Papa Paulo VI (1963-1978), o que se fez sentir não só nos países católicos, mas sim em toda parte sobre colonialismo. Sobre a audiência, Cabral fez a seguinte declaração:

[...] a verdade é que até agora a hierarquia católica portuguesa tem-se mostrado, quer através dos órgãos de informação, quer através de todas as manifestações religiosas, favorável à guerra colonialista, a que chama na sua linguagem «defesa da civilização cristã». Admiramo-nos muito que se possa defender a civilização cristã massacrando os povos, queimando com napalm as crianças, as mulheres, aldeias inteiras. E desejamos verdadeiramente um gesto que possa convencer a opinião pública portuguesa de que não é essa a posição da Igreja Católica Romana. (CABRAL, 1974, p. 106).

O político português Mário Soares, conhecido opositor de regime do Salazar, era também visto como crítico da política colonial do Estado Novo. Em 1970, Soares falava numa conferência em Nova Iorque, onde defendeu que a democracia era incompatível com o prosseguimento da guerra colonial e que Portugal deveria iniciar conversações com os nacionalistas africanos. Além disso, defendeu também a mudança política em Portugal (CASTAÑO, 2012, p. 66). Os membros e simpatizantes dos movimentos de libertação eram perseguidos pela PIDE que foi transformada em Direção Geral de Segurança (DGS), em 1969. Era óbvio que as possibilidades de alcançar as independências por via pacífica estava cada vez mais longe de se tornar numa realidade, devido à adoção do sistema político chamado “política ultramarina portuguesa”.

Ao longo dos anos Portugal enviou cada vez mais tropas para combater os movimentos em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. A ONU, assim também como a OUA, eram os espaços privilegiados onde foram feitos debates e aprovadas às resoluções contra colonialismo português.

2.4 A CRIAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO E OS SEUS OBJETIVOS E PROBLEMAS

2.4.1 Angola

A partir do segundo metade do século XX, começaram a surgir em Angola os primeiros movimentos nacionalistas e de oposição entre os quais a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), fundada por Holden Roberto, em 1954. O Partido Comunista Angolano (PCA), que foi criado por intelectuais angolanos surgiu em 1955. Foi uma sucursal de Partido Comunista Português (PCP), que teria ligações com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Antes do MPLA, existia o já citado UPNA, em 1954, que surgiu depois da morte do rei Bacongo, com intuito de levar ao trono um herdeiro protestante, evitando assim uma possível chegada ao poder, de um católico por parte dos portugueses. Este movimento era liderado por Holden Roberto que se encontrava em Léopoldville (Congo-Belga). Em 1958, a letra “N”, que simbolizava a região norte na sigla UPNA, foi retirada, passando assim a ser a UPA. Com a nova designação, o movimento passou a ter supostamente um caráter mais representativo e nacional deixando o regionalismo. Em 1961, a UPA aliou-se ao Partido Democrático de Angola (PDA), e foi rebatizada Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). No ano seguinte a FNLA criou o chamado Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE). Com sede em Kinshasa (Congo), o GRAE foi reconhecido por vários Estados africanos. O seu ministro de negócios estrangeiros era Jonas Malheiro Savimbi.

As campanhas de ativismo foram promovidas pela UPNA, pugnando pela independência (HISTÓRIA, 2012). O PCA, criado em Luanda, por Viriato Clemente da Cruz, António Jacinto, Mário Pinto de Andrade e Joaquim Pinto de Andrade, era inspirado no Partido Comunista Português (PCP) (SOUSA, 2006, p. 11).

Conforme a historiografia oficial dos movimentos, o MPLA foi criado no dia 10 de dezembro de 1956, com a unificação de três organizações, nomeadamente Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), o Movimento da Independência Nacional Angolano (MINA) e Partido Comunista Angolano (PCA). Esta data é contestada por alguns autores que o vê como movimento que só apareceu em 1960 (PINTO, 2008, p. 13). O MPLA tornou-se o mais importante movimento da libertação em Angola, que reuniu grandes quadros e intelectuais de nacionalismo angolano entre eles António Agostinho Neto, seu principal líder.

Inicialmente o MPLA obtinha a sua maior popularidade na região de Luanda, e era dirigido por Viriato da Cruz e Mário Pinto de Andrade, ambos mestiços. Como pode ser constatado nos dados populacionais de Angola em 1950-1960, mestiços constituíram apenas uma pequena minoria da população; porém, como frequentemente tinham melhor acesso ao ensino, eram muito presentes em organizações políticas. Desde muito cedo o MPLA conquistou a maior parte da população urbanizada na sua maioria oriunda da etnia Mbundo.

TABELA 1 - Distribuição populacional angolana nas décadas de 1950 e 1960

Negros	%	Europeus	%	Mestiços	%
4.036.687	97,4	78.826	1,9	29.648	0,7

Censo populacional de Angola em 1950

Negros	%	Europeus	%	Mestiços	%
4.604.362	95,3	172.529	3,6	53.392	1,1

Censo populacional de Angola em 1960

Fonte: PERES, (2010, p. 101)

De facto, o MPLA representava sob muitos aspetos uma genuína aliança entre a intelectualidade e o proletariado urbano, as categorias sociais mais habitualmente associadas à realidade social na Europa do que na África subsaariana nos meados de 1950. As tensões políticas e ideológicas eram inerentes a futura gestão do território, o que mais tarde causou grandes dificuldades ao movimento nos anos 60 até o princípio de 70.

Finalmente surgiu a UNITA, no dia 13 de março de 1966, na antiga Cidade de Luso (atual Luena), através dos dissidentes da FNLA e do GRAE, (MACQUEEN, 1998, p. 53). Era liderado por Jonas Malheiro Savimbi, que tinha saído do GRAE em 1964, após as divergências dentro da FNLA, sobretudo com então líder Holden Roberto, a quem Savimbi acusava de racista, tribalista e fantoche dos EUA¹².

No pequeno enclave angolano de Cabinda, existia o Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), Comité de Acção da União Nacional de Cabinda (CAUNC) e a Aliança Nacional Mayombe (ALLIAMA) desde anos 50. Apesar de as suas políticas serem apenas limitadas a independência deste enclave, estes movimentos tiveram pouca expressão

¹² GRAE tinha chefia de dois grupos étnicos, entre os quais estavam os Ambundus e os Ovimbundus; o próprio Jonas Savimbi de etnia ovimbundu era Ministro de Negócios Estrangeiros da organização.

política ou sucessos militares face ao regime português. Em 1963 os três movimentos juntaram-se e transformaram-se em Frente de Libertação de Enclave de Cabinda (FLEC).

As rivalidades entre os três principais movimentos em Angola começaram já antes do desencadeamento da luta armada. As divergências políticas e ideológicas tornaram-se mais notáveis entre FNLA e MPLA depois do reconhecimento da FNLA pela OUA como único representante do povo angolano, em 1963. Por sua vez, o MPLA não reconheceu esta organização como símbolo da união do povo angolano, porque a sua política não estava voltada a toda a população, o mesmo invocado pelo MPLA foi também uma das razões que motivou o desligamento de Jonas Savimbi da FNLA (SILVEIRA, 2011, p. 343). Estas rivalidades foram vistas no aspecto de identidade, reconhecimento local, sócio-rácico e não só, porque faziam parte às divergências dos tipos de ideologias políticas também a serem seguida.

O MPLA defendeu desde o início o sistema político marxista-leninista pró-soviético, enquanto que o FNLA assentava a sua política mais no tradicionalismo cultural defensor da revitalização das instituições políticas antigas do povo kikongo (CAPOCO, 2013, p. 111). No mesmo caso da Angola era óbvio defender os movimentos pelas etnias ou pelos motivos regionais, também eram notáveis as disputas para obter a credibilidade como representante legítimo do território entre os populares, estes fatores faziam parte das divergências políticas na altura da libertação.

Em dezembro de 1962, o MPLA sob liderança do Agostinho Neto, realizou a sua I Conferência Nacional em Leopoldville. Depois deste evento começou a exporem-se graves cisões internas que fragilizaram o movimento. Entre problemas que despoletou a divisão no MPLA, sobretudo entre os líderes Agostinho Neto e o Viriato da Cruz, estava união estratégica e alargada que Neto defendia com a FNLA. Esta cisão resultou na exclusão de Viriato da Cruz que na altura ocupava a secretaria geral do MPLA. Além disso, Manuel Santos Lima, Matias Miguéis, entre outros membros dos órgãos dirigentes que saíram da conferência acima referida, por terem discordado de Neto. As divergências chegaram a se aprofundar e provocaram numa crise no seio do movimento entre 1962 e 1963. Cruz e Miguéis foram acusados de traição e perseguidos pelo movimento, enquanto Cruz chegou a fugir para China onde acabou por falecer e Miguéis foi capturado e fuzilado pelo MPLA, em novembro de 1965 (SOUSA, 2006, p. 15).

As dificuldades para superar as divisões internas no seio do MPLA foram enormes, e esta situação continuou até 1974, e fazia com que existissem três facções: a primeira era a direção de Agostinho Neto, a segunda era a Revolta de Leste do Daniel Chipenda e a terceira era denominada de Revolta Ativa, controlada por Pinto de Andrade. A reunificação surgiu só

mais tarde, em setembro de 1974, durante uma Conferência Regional Africana realizada em Brazzaville. Esta reunificação foi facilitada pelos presidentes do Congo, Tanzânia, Zaire e Zâmbia, que ajudaram a constituir uma direção liderada por Agostinho Neto (PIMENTA, 2015, p. 164).

*Lá fora há o hábito de depreciar quanto é nativo; e os moços nativos cujos espíritos derivaram para o exterior e em quem está atinente um quantum de vaidade (como em qualquer ser humano), têm vergonha em considerar-se incluídos naquela esfera depreciada e não somente não a auxiliam como procuram desprezar as iniciativas de carácter puramente nativo, porquanto o seu cérebro afina por diapasão estranho; porque foi psicologicamente distorcido pelo *europotismo*. (NETO, 1946 apud VILLEN, 2013, p. 21).*

2.4.2 Guiné e Cabo Verde

Segundo a história oficial, no dia 19 setembro de 1956 foi fundado o Partido Africano para Independência (PAI) por Amílcar Cabral e outros companheiros nomeadamente Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes, Elisée Turpin e Rafael Barbosa em Bissau. Mais tarde, em 1960, o movimento passou a ser chamado o PAIGC depois de ter alterado a sigla (SILVA; SANTOS, 2014, p. 36), durante uma Conferência de Quadros das Organizações Nacionalistas¹³ em Dacar, capital do Senegal. No encontro estiveram presentes os dirigentes Rafael Barbosa, com pseudônimo de “Zain Lopes”, Vitor Saúde Maria e Francisco Mendes “Tchico Té”. A mudança de nome tinha a ver com a existência de um partido senegalês com a mesma sigla PAI e a oficialização da pretendida união entre Guiné e Cabo Verde. Desde o início, o PAIGC sempre defendeu esta união dos dois territórios e integrou os guineenses e os cabo-verdianos neste movimento. Contudo, os últimos sempre foram uma pequena maioria cujo número nunca ultrapassou quatro dezenas de militantes.

Além do PAIGC, havia um grupo chamado Frente para a Libertação e Independência da Guiné (FLING), criado em 1962 (MONTEIRO, 2013, p. 118) em Dacar que era dirigido por Henri Labery, Benjamim Pinto Bull e François Kankola Mendy. A FLING surgiu após uma junção de três movimentos, nomeadamente a União de Povos da Guiné (UPG), a Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG) e a União da População Libertada da Guiné (UPLG), que eram estruturados em termos étnicos (Mandingas e Manjacos) pelos imigrantes guineenses e cabo-verdianos em Senegal (MONTEIRO, 2013, p. 121).

¹³ Nesta Conferência foram tomadas as seguintes decisões: a política de unidade da Guiné e Cabo Verde, programa do partido; escolheu-se a bandeira, enviou-se ao governo português uma nova proposta de abertura de negociações e confirmou-se Amílcar Cabral como secretário-geral.

Para Cabral, a descolonização não era só um processo cabal após a independência; devia ser contínuo em vez de um acontecimento singular, como também algo cujo alcance transcendia a mera transferência formal do poder do estado colonial para o estado nacional; por outro lado, Cabral voltou a realçar a simples substituição do estado colonial pelo estado nacional como um direito. Ele apontou a descolonização como algo que exigia uma luta contínua, não apenas política e econômica, mas também profundamente psicológica (MAC QUEEN, 1998, p. 41).

Foram verificados os problemas também na Guiné-Bissau entre o PAIGC e o FLING, como aconteceu em Angola entre os movimentos. Na Guiné-Bissau o FLING, funcionava clandestinamente nos primeiros momentos antes da sua aparição pública como um movimento de libertação, e era apoiado pelo então presidente senegalês Léopold Sedar Senghor. O PAIGC era criticado pelo FLING por “não ter chefia africana”, porque havia membros mestiços cabo-verdianos na sua liderança. Mesmo assim, o PAIGC tinha o apoio do presidente Conacri-guineense Ahmed Sekou Touré que também não gostava muito daquela situação racial, pois Touré até chegou a chamar a atenção do Cabral ao que tange a forte liderança mestiça no movimento, todavia ofereceu apoio e sede ao PAIGC em Conacri¹⁴.

Inicialmente existiam na Guiné-Bissau outros seis movimentos além do PAIGC e o FLING, criados com os mesmos objetivos que o FLING, nomeadamente a Frente Popular da Libertação da Guiné-Bissau (FPL-GB). Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING), fundado em 1954 por José Francisco e Luís António da Silva “Tchalobé”, o Movimento de Libertação da Guiné (MLG), fundado em 1958 e dirigido por António Nola e César Mário Fernandes (NDJAI, 2012, p. 108), o Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGCV), fundado em 1959 e possivelmente dirigido por Rafael Barbosa (NDJAI, 2012, p. 143) e por último a União das Populações da Guiné-Bissau (UPGN).

A maior parte destes grupos foi criada no exílio no Senegal e na Guiné-Conacri, mas não tinham necessariamente muita expressão na Guiné-Bissau (MONTEIRO, 2013, p. 118). Em Cabo Verde existiu um grupo pró-independência chamado União do Povo das Ilhas de Cabo Verde (UPICV), (FERNANDES, 2007, p. 37) que foi fundada em 1959 em Rhode Island nos Estados Unidos de América, por um jornalista chamado Aires Leitão de Graça.

2.4.3 Moçambique

¹⁴ Os dois países (Guiné-Conacri e Senegal) eram principais entradas e saídas dos dois movimentos de libertação na Guiné-Bissau, FLING e PAIGC. A FLING contava com o apoio do presidente senegalês Léopold Sedar Senghor que optava pela via pacífica a qualquer custo para alcançar a independência do país. Por outro lado, o PAIGC contava com o apoio do presidente Conacri-guineense o radical Ahmed Sekou Touré, com instalação de uma base militar a partir de capital Conacri.

Em Moçambique houve inicialmente três movimentos, todos baseados no carácter étnico e regional: a *Mozambique African National Union* (MANU), com a sigla em inglês, criada no Quénia em 1961, e suportada pela etnia Maconde que se situava na região norte, a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), criada em 1960 na cidade de Salisbúria, atual Harare, na Rodésia do Sul (atual Zimbabwe), e estava sendo suportado pela região sul e finalmente a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI), fundada em 1961 na Niassalândia atual Malawi (CAU, 2011, p. 23) com base em Tete na região centro do território. Estes três movimentos foram dirigidos fora do país por nacionalistas no exílio, o que dificultou as suas atividades dentro de Moçambique.

Houve divergências baseadas nas motivações étnicas e regionais nestas três organizações. Esta fragmentação serviu de motivação aos presidentes Július Nyerere da Tanzânia e o Kwame N'krumah do Gana respectivamente, que conseguiram ajudar a unir os três movimentos para criar um só, de carácter nacional. A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi fundada, em 25 de junho de 1962, em Dar-Es-Salaam, República de Tanzânia, por Uria Temóteo Simango, um pastor presbiteriano, Eduardo Chivambo Mondlane e outros. A fusão entre os três grupos também contou com a intervenção da (CONCP), o organismo que, como acima referido, fora estabelecido, em 1961, em Casablanca, pelo MPLA, PAIGC, UDENAMO e CLSTP. Mesmo assim, a FRELIMO apresentava-se estruturalmente e ideologicamente mais fraco do que o MPLA e o PAIGC no que tange a sua coesão política, pois sua criação tinha sido pressionada externamente por outros movimentos e países já independentes. Foi algo que pode ter refletido muito na escolha do seu primeiro presidente Eduardo Mondlane, educado nos Estados Unidos e antigo funcionário das Nações Unidas. Apesar disso, na verdade, Mondlane era a pessoa mais preparada para assumir a liderança do movimento na altura (MACQUEEN, 1998, p. 41-42).

Depois da morte de Eduardo Mondlane, o carismático líder da FRELIMO e símbolo da unificação nacionalista moçambicana, em 1969, através de uma carta bomba cuja origem continua num mistério, começou a expor ainda mais o conflito já existente entre as diferentes concepções nacionalistas. Estas divergências políticas internas atingiram altas figuras do quadro da FRELIMO e ditaram o abandono de Uria Simango, um dos membros da comissão presidencial, sob fortes acusações dele a direção, composta por Samora Machel e Macelino dos Santos. Este conflito baseava-se nas ideologias e estratégias de uma visão do processo emancipatório que inclui a separação entre as funções dos políticos e militares (CABAÇO, 2007, p. 407).

2.4.4 São Tomé e Príncipe

Em setembro de 1960 foi criado em São Tomé o CLSTP por dois estudantes são-tomenses residentes em Portugal (Miguel Trovoada e João Guadalupe Ceita), junto com outros nacionalistas residentes nas ilhas tais como João Torres, Leonel d'Alva, Quintero Aguiar e António Oné Pires dos Santos. Inicialmente este grupo era liderado por Miguel Trovoada, na altura estudante de direito em Lisboa. Como já referido, em 1961 o CLSTP participou do congresso fundador da CONCP. Pouco tempo depois o CLSTP conseguiu a criação de uma filial no Congo-Brazaville, onde existia um grande número de imigrantes são-tomenses. Em 1962 o CLSTP foi reconhecido pelas Nações Unidas, um gesto motivador no processo emancipatório das ilhas. Em 1963, Trovoada e Carlos Graça em representação de CLSTP participaram na fundação da OUA, em Adis-Abeba (SEIBERT, 1999, p. 95).

Contudo, cedo começaram a surgir conflitos pessoais entre líderes do CLSTP, então exilados em dois países diferentes, Gana e Gabão. Entre outros motivos deste conflito estava o lugar onde a sede devia ficar, embora os dois lugares oferecessem condições distintas ao movimento. Acra ofereceu vantagens graças às condições materiais disponibilizadas pelo governo N'krumah, enquanto Libreville concedeu acesso mais fácil ao São Tomé devido à aproximação geográfica. Em junho de 1964, durante a 4ª Sessão Ordinária do Comité de Libertação da OUA em Dar-Es-Salaam, OUA declarou apoio ao CLSTP em Libreville.

Depois de anos praticamente fora de função devido à expulsão dos seus membros do Gana, logo após o derrube do então presidente Kwame N'krumah por um golpe militar, em 1966, (SEIBERT, 1999, p. 98) esta organização foi transformada em Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), em 1972, em Santa Isabel (atual Malabo), Guiné Equatorial. Nesta reunião constituinte participaram nove nacionalistas são-tomenses, entre os quais o economista Manuel Pinto da Costa que foi eleito secretário-geral do MLSTP.

3 AS FASES DAS MUDANÇAS POLÍTICAS: DA IMINÊNCIA DAS GUERRAS E A CONQUISTA DAS INDEPENDÊNCIAS

3.1 OS MOTIVOS DO DESENCADEAMENTO DAS LUTAS ARMADAS

As circunstâncias que provocaram o início das lutas armadas em Angola, na Guiné e em Moçambique basearam-se nos diferentes climas de horror, intolerância, repressão bárbara dos diferentes acontecimentos que antecederam o conflito armado e, acima de tudo, na recusa de Portugal em aceitar negociações sobre a independência.

Entretanto, já a revisão constitucional de 1951 em Portugal com vista aos territórios ultramarinos, tornando as partes integrais do território metropolitano como uma “nação una”, visava justificar a soberania portuguesa sobre os territórios ultramarinos na ONU. Daí, do ponto de vista político e administrativo, em 1951, nada mudou, ou seja, as colónias não usufruíram dos direitos que os cidadãos da metrópole detinham.

A partir da segunda metade de década de 50, o colonialismo português começou a ser mais contestado no nível internacional. As pressões políticas estavam a crescer cada vez mais e os apoios estavam a multiplicar a favor dos nacionalistas, enquanto URSS e Cuba fizeram-se presentes na causa da descolonização numa forma direta e muito bem expostos ideologicamente e materialmente.

Portugal viu-se forçado de controlar sua situação militar no ultramar, talvez como forma de impedir os apoios a favor dos movimentos. Os sinais de preocupação que assombravam o ultramar tornam-se cada vez mais crescentes. Em 1956, a PIDE/DGS tornou-se extensiva nas colónias com o crescimento das regiões militares e comandos navais. Em 1958, Portugal enviou oficiais para a Inglaterra com o objetivo de aprender o método de combate britânico nas revoltas anticoloniais de Malásia e Quênia.

Um ano depois, viu-se conduzido um novo grupo de militares para Argélia com objetivo de conhecer a estratégia francesa contra a *guerre révolutionnaire* da Frente Nacional de Libertação (FNL) (CABAÇO, 2007, p. 345-346). Em 1960, o centro de treinamento de “caçadores especiais” começou a funcionar em Lamego, Portugal. Estes militares pertenciam a um ramo do exército português altamente preparado para atuar nas colónias, também com o propósito de neutralizar apoios dos “países limítrofes” e de obter a credibilidade internacional a favor de Portugal. Assim dentro de um período de três anos, havia guerras em três de cinco territórios ocupados pelo regime colonial português na África.

Os esforços dos nacionalistas junto às organizações internacionais para o reconhecimento das independências pelo regime português ajudaram na legitimação da luta armada, apesar da imposição das ideias sobre optar por uma via armada ou negociação chegou a ser discutida entre os membros do Comité de Descolonização das Nações Unidas (CD) em 1965; estes propuseram as ideias e vias políticas para encontrar formas mais pacíficas que pudessem resolver a situação nas colónias, em vez de uso das forças, mas acabou por vigorar a ideia da via armada sendo que Portugal não se disponibilizava para a tal via de diálogo¹⁵.

As Nações Unidas aumentaram as pressões sobre Lisboa; entre maio e junho de 1965, uma delegação do CD visitou as colónias portuguesas e sustentou a legitimidade e a necessidade das lutas. Os EUA alegaram que a luta pela autodeterminação podia ainda ser orientada em direção a negociações pacíficas, porém as divergências não conseguiram cessar a ideia da via armada como forma de alcançar os propósitos nacionalistas. A resolução do CD, de 10 de junho de 1965, voltou a reafirmar o direito das populações dos territórios africanos sob a dominação portuguesa à autodeterminação e à independência e reconhece a legitimidade da luta que os movimentos travaram para conquistar os direitos enunciados na carta das Nações Unidas; esta resolução foi mais dura para Portugal porque o CD deixou de considerar os territórios administrados por Portugal de “províncias”, passando a referir-se aos “territórios sob dominação portuguesa”, na declaração universal dos direitos do homem e na declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais (SANTOS, 2009, p. 4).

Em 23 de novembro de 1965, Conselho de Segurança aprovou uma resolução sobre a dominação portuguesa na África, contra as populações africanas e consideravam isso de “perturbação séria” que “põe em perigo” a paz e a segurança internacional. Em 1966, o CD voltou a visitar África e encontrou-se com membros de MPLA e FNLA em Angola; na Guiné encontraram com Cabral e com Mondlane em Moçambique. Depois desta visita o CD aprovou uma resolução que permitiu a retomada de outras resoluções para serem discutidas no Conselho de Segurança e propôs a ruptura das relações diplomáticas e econômicas com Portugal (SILVA, 1995: p. 30).

Em 1966 o CD voltou a reafirmar a legitimidade das lutas anticoloniais, porém mostrou que não pretendia dar rédea solta ao derramamento de sangue, mas mostrou claramente que os movimentos eram obrigados a recorrer às vias armadas.

¹⁵ Os membros da Comité de Descolonização (CD), em 1965 eram 24 países situados em todo continente: Austrália, Bulgária, Camboja, Tunísia, Costa do Marfim, Dinamarca, Estados Unidos da América, Etiópia, Índia, Irão, Iraque, Itália, Jugoslávia, Madagáscar, Mali, Polónia, Reino Unido, Republica Unida da Tanzânia, Serra Leoa, Venezuela, Chile, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Uruguai e Sória.

Em consequência desses reconhecimentos, na mesma resolução foi lançado um apelo a todos os estados para que dessem às populações de Angola, de Moçambique, da Guiné e dos outros territórios, sob a dominação portuguesa, toda a ajuda moral e material necessária ao restabelecimento dos seus direitos. Entre os finais dos anos de 1960 até 1971, o CD passou a privilegiar os movimentos de libertação que desencadearam as lutas armadas e foram reconhecidas pela OUA, nomeadamente: PAIGC, MPLA, FNLA e FRELIMO, com estatuto de observadores, o que permitiu aos movimentos participar nos debates, projetos, resoluções e fazer propostas e dar opiniões no CD (SANTOS, 2009, p. 5).

3.1.1 Guiné-Bissau

A partir de década de 1960, o PAIGC ambicionou a fortificação da união e aproximação entre os povos da Guiné-Bissau e Cabo-Verde para que a libertação nacional se tornasse mais viável¹⁶. Cabral mostrava também a necessidade da união entre as várias etnias na Guiné como forma de dar mais legitimidade e o comprometimento destas com a luta de libertação. Houve aderência de todas as etnias para a luta de libertação, mas a maior parte era da etnia *balanta*. Esta unificação étnica foi crucial e fundamental para a libertação nacional. Cabral trazia sempre os discursos impulsionadores baseados nos fatos dos acontecimentos que pudessem persuadir as pessoas a lutar pela causa nacional.

3.1.2 Angola

No período antecedente à luta da libertação houve em Angola uma revolta que terminou de forma violenta, o já citado acontecimento de 4 de janeiro de 1961 na Baixa de Cassanje. Esta revolta não tinha o cunho dos movimentos de libertação, mas era apenas uma reivindicação de melhor condição do trabalho. Os próprios movimentos tiveram as campanhas de ativismo, encontros e conferências que foram promovidas a nível mundial, pugnando pela independência. O poder colonial não cederia, portanto, às reivindicações das forças nacionalistas angolanas. Esta oposição foi vista como estopim do desencadear de conflito armado entre nacionalistas e o exército português (HISTÓRIA, 2012).

¹⁶ Apenas 33 cabo-verdianos participaram na luta de libertação na Guiné.

3.1.3 Moçambique

No momento em que surgiram as declarações de FRELIMO sobre o início da luta armada em 1964, a Polónia mostrou que “o Comité Especial das Nações Unidas deve fazer compreender aos movimentos da libertação que estava ao lado deles”. Contudo, os EUA surgiram com a ideia contrária, porque não podiam admitir a posição dos petionários nacionalistas segundo a qual somente a violência podia modificar a situação reinante em Moçambique. A FRELIMO continuou a sua posição nacionalista de foco revolucionário para materialização dos objetivos.

3.2 O SOCIALISMO E A COLONIZAÇÃO NA ÁFRICA PORTUGUESA

A questão colonial portuguesa ganhou uma outra dimensão nos anos 60, com um maior envolvimento socialista ao lado dos movimentos nacionalistas. A antiga União Soviética e a República de Cuba contribuíram com apoios de assessorias, logísticos e militares para as lutas de libertação.

Em 1959 logo após o derrube da ditadura de Fulgêncio Batista, pela revolução de Fidel Castro, começava uma nova fase na política externa cubana que passava por uma afirmação do regime castrista, entre a hierarquização dos seus objetivos, figuravam cinco principais pontos prioritários (SILVA, 2012, p. 87):

- 1) Consistia na sobrevivência do governo revolucionário;
- 2) Passava pelo desenvolvimento económico;
- 3) Tem seu foco na influência sobre os governos dos outros países (o que resulta na diversificação das relações exteriores);
- 4) Foi direcionada a influência sobre a “esquerda”;
- 5) E último tem a ver com apoio a revolução no mundo.

Mediante o que estava em curso no continente africano relativamente ao processo da descolonização dos territórios, o último ponto, referente à “revolução no mundo”, percebe-se a sua ligação à questão africana na altura. Decorriam as movimentações internacionais a favor da independência das colónias portuguesas. Os movimentos nacionalistas haviam começado o alargamento das estratégias através das atividades diplomáticas em busca dos apoios para as

lutas de libertação. Em resposta, Cuba envolveu-se com apoios militares para ajudar a conter a força militar portuguesa em África.

O regime castrista precisava adotar outra política que era de autoafirmação no plano internacional, que o levou a desenvolver uma política cubana para África. Era provável que os cubanos teriam uma grande visibilidade neste continente que se encontrava desde 1885 sob o domínio colonial europeu. Também havia a possibilidade oportuna duma implementação ideológica revolucionária de “foco guerrilheiro”, como forma de ajudar a pôr fim ao imperialismo, o que facilitou a decisão de Cuba de intervir na África na década de 60.

Na política de expansão ideológica socialista, depois de ter conquistado muitos territórios na Europa de Leste que pertenciam ao “bloco soviético”, a URSS procurou estender a sua influência hegemônica para os territórios que estavam retidos sob o controle e dominação de grandes potências imperiais europeias no continente africano. Esta aproximação da URSS aos movimentos nacionalistas fazia-se justamente no apoio às lutas para a independência destes territórios (SOUSA JR, 2013, p. 17).

O conhecido apoio dos países socialistas aos movimentos na África portuguesa mereceu a atenção nas Nações Unidas, quando o secretário geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) “Nikita Khrushchev” falou em 1960 no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), sobre a questão colonial portuguesa e já demonstrava o claro apoio da União Soviética a luta anti-colonial, aumentando as pressões sobre Portugal (CAPOCO, 2013, p. 120).

3.3 A LUTA ARMADA NOS TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS

A “Guerra de África” ou a “Guerra do Ultramar” foi como os portugueses chamaram na época os conflitos armados; enquanto a designação mais utilizada pelos nacionalistas africanos era a “Guerra de Libertação” ou a “Luta Armada”. Era um período de confronto entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique entre 1961 e 1974. A luta anticolonial que se desdobrava na “África Portuguesa” para materializarem as independências era de fato necessária, pois ir muito além das convicções ideológicas, quer dizer, o recurso às armas e avançar para um conflito para travar a dominação era justo numa época em que o regime português não se sentia vontade de conceder independência aos territórios.

Deste modo, nas chamadas “províncias ultramarinas”, iniciaram-se as lutas armadas contra o regime colonial português, em Angola, em 1961, na Guiné-Bissau, em 1963, e em

Moçambique, em 1964. Contudo, não houve luta em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, pequenos arquipélagos onde uma guerrilha não era possível por razões logísticas. A luta de libertação nos três territórios ocorreu numa época em que outros países europeus colonizadores, nomeadamente Grã-Bretanha, França, Bélgica e Itália, já tinham quase concluído os processos de descolonização em África.

Portugal manteve a sua política irredentista de não pretender largar as suas colónias; começou defendendo-as militarmente e, endurecendo mais a partir de década de 1960. Apesar de momentos de muitas tentativas das negociações com o governo de Salazar, por parte dos movimentos de libertação, sobretudo PAIGC e MPLA para tornar os respetivos territórios independentes numa forma pacífica, o Portugal não deu chance de diálogo. Salazar recusou-se a dialogar com os movimentos.

As guerras nas colónias e a política do Estado Novo afetaram a sociedade e os políticos da oposição em Portugal; entre outras consequências disso torna decisiva a condução do processo de descolonização e viu-se o papel do regime irredutível de fazer um possível diálogo que possa acabar com as guerras através da via política, que provavelmente contribuiria para a estruturação política e social português.

3.3.1 Angola

Em 4 de fevereiro de 1961, os nacionalistas angolanos do MPLA foram os primeiros a começar a luta contra o domínio português com uma ação para libertar presos políticos, na prisão de São Paulo e numa esquadra da polícia, ambas em Luanda. Em março de 1961, a UPA de Holden Roberto desencadeou o seu primeiro ataque violento nas plantações de café no norte de Angola (CARVALHO, 2009, p. 47-48). Nos ataques da UPA morreram cerca de 400 civis brancos e uns 1.500 trabalhadores ovimbundos. Durante a retaliação brutal das tropas portuguesas perderam a vida uns 110 soldados e possivelmente até 25.000 angolanos. Em 1966, a UNITA juntou-se à luta armada em Angola. Foi uma guerra que iria se alastrar por um período de 13 anos. Os movimentos da libertação em Angola lidaram com as grandes dificuldades no decorrer da luta devido às divergências entre eles. Isto resultou numa vantagem que o exército português detinha em Angola.

Enquanto que a UNITA chegou a fazer frente clandestina ao MPLA para fragilizá-lo e algumas vezes colaborou com Portugal para combater o MPLA, também a FNLA fazia caça aos seus rivais de MPLA, levando o MPLA quase à beira de um grande colapso. A guerrilha da

FNLA detinha vantagens no território norte e no acesso ao território da República Democrática do Congo (RDC). A FNLA usurpou desta vantagem para tentar isolar o MPLA e impedi-lo de ter acesso ao interior de Angola, mas esta pressão era também uma estratégia de desmoralizar e destruir os guerrilheiros deste movimento.

A mesma estratégia serviu de evitar o reabastecimento e fugas do MPLA para a RDC. Em outubro de 1961, os guerrilheiros de FNLA interceptaram e assassinaram um grupo de 21 homens de MPLA. Esta perseguição foi denunciada pelo MPLA e testemunhada por dois dissidentes da FNLA Marcos Kassanga e André Martins Kassinda. A FNLA admitiu ter emboscado e assassinado os homens deste movimento. As razões destas rivalidades sangrentas eram baseadas por contradições políticas e pela luta de poder (AGOSTINHO, 2011, p. 20). As desvantagens dos movimentos no decorrer da luta, deveram-se também a amplitude territorial de Angola, que pode ser constatado no mapa da figura 3. A instalação estratégica do exército português no território também teve influência na dificuldade da luta¹⁷.

¹⁷ As divergências entre as forças nacionalistas em Angola não permitiram uma frente unida como houve em Moçambique, contudo, as posições dos três movimentos eram diferentes, embora objetivo sempre fosse única de libertar o território angolano.

Figura 3 - Mapa ilustrativo da República Popular de Angola



Fonte: <https://www.google.mapadeangola.com>

Agostinho Neto, líder do MPLA, foi libertado em 1962; regressou a Léopoldville a partir de onde começou a intensificar os trabalhos para mobilizar apoios revolucionários de Cuba e da União Soviética para fortificar a luta de MPLA.

A FNLA definiu a sua zona de combate as frentes Leste e Sul, foi munida de apoios de República Democrática de Congo e do governo chinês; a FNLA instalou a sua guerrilha nos Dembos e ao longo da fronteira com o Congo. A UNITA teve o seu campo da batalha contra o exército português nas frentes Sudoeste e Sul e era apoiada também pela República Popular da China (FILOMENA; CHERON, 2008, p. 17-18).

Apesar da tentativa de aproximação entre os movimentos de libertação em Angola, que resultou na criação de Conselho Supremo de Libertação de Angola (CSLA), em Léopoldville, em 13 de dezembro de 1972, onde Holden Roberto esteve como presidente e Agostinho Neto como vice-presidente no CSLA, este acabou por fracassar em meados de 1973, pois cada um interpretava uma visão ideológica da independência de forma diferente.

Nos finais de 1974 houve outro acordo entre os três movimentos para as conversações, a FNLA e a UNITA encontraram-se em 25 de novembro, em Kinshasa, no dia 18 de dezembro a UNITA e o MPLA se encontraram em Luso, depois MPLA e a FNLA se encontraram por

último. Em 5 de janeiro de 1975 realizou-se mais uma cimeira entre Neto, Roberto e Savimbi em Mombaça, Quênia, depois deste encontro anunciaram plataforma comum.

3.3.2 Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau, Cabral começou a intensificar a mobilização das massas camponesas para desencadeamento de luta que se iniciou em janeiro de 1963, no quartel português de Tite no sul da Guiné-Bissau. Em poucos anos o PAIGC conseguiu formar as frentes de norte, sul e leste. Mais tarde era a guerra que colocava frente a frente dois homens de forte personalidade, Amílcar Cabral e António de Spínola que foi governador da Guiné portuguesa de 1968-1973. A Guiné é um território pequeno como se vê no mapa da figura 4, mas foi onde o exército colonial teve maiores dificuldades do que em Angola e Moçambique.

Figura 4 - Mapa ilustrativo da República da Guiné-Bissau



Fonte: <https://www.google.com.mapadeguinebissau.com>

O êxito militar do PAIGC explicava-se a partir de característica geográfica em termos da pequena dimensão da Guiné com um tamanho de 36.125 km², muito embora isso também poderia ter sido uma vantagem para os portugueses. Foi um dos fatores que causava o insucesso do dispositivo militar português e, em certos momentos, causou desvantagem aos guerrilheiros

do PAIGC. Era notória a colaboração e o apoio dos vários grupos étnicos que se juntaram à luta, com o suporte da base militar na vizinha Guiné-Conacri. Esta facilitava ataques do PAIGC e, além disso, houve facilidade de fugas para os territórios vizinhos da Guiné-Conacri e Senegal.

Em 1968, com a chegada de Spínola, um homem de forte prestígio militar com carisma de liderança, o exército português voltou a recuperar alguns terrenos perdidos ao PAIGC, mas a partir de 1970 a situação inverteu-se de novo a favor dos nacionalistas graças ao apoio militar da URSS com armamentos de forte calibre. Assim, os guerrilheiros passaram a retomar controle das zonas conquistadas pelo exército português.

Não obstante o assassinato de Amílcar Cabral em Conacri (1973) pelos elementos do próprio movimento¹⁸, o PAIGC conseguiu intensificar as operações nos territórios norte e sul, com ajuda de novos armamentos russos de diferentes calibres: viaturas blindadas *BRT 40* e *60*, metralhadoras antiaéreas de alta cadência de tiro *ZPU 4* e mísseis *Strella*. Só com o míssil terra-ar *Strella* os guerrilheiros derrubaram cinco aviões portuguesas dentro de quinze dias. Portugal chegou a procurar meios para conter a situação na Guiné, com a aquisição de mísseis terra-ar *Red Eyes*, aparelhos supersónicos *Mirage* e *F5* e foguetes *RPG 2* (CARVALHO, 2009, p. 50). Mesmo assim as tentativas portuguesas acabaram fracassadas com as recuperações dos territórios novamente por parte do PAIGC.

3.3.3 Moçambique

Em Moçambique, a FRELIMO, efetuou a sua primeira ação armada nos dias 24 e 25 de setembro de 1964, num ataque a Chai, na província de Cabo Delgado no norte do território, estendendo-se posteriormente e sucessivamente a Niassa, Tete e para o centro do território (SELLSTRÖM, 2008, p. 175).

¹⁸ Entre os assassinos de Amílcar Cabral, que provavelmente eram “camaradas” de luta do mesmo PAIGC estiveram Inocêncio Kani e Mamadu N’djai.

Figura 5 - Mapa ilustrativo da República de Moçambique



Fonte: <https://www.google.com.mapademocambique.com>

A partir de novembro de 1964 a luta abrangeu as zonas além de Cabo Delgado. Devido a sucessivos ataques da FRELIMO, o exército procurou controlar a situação e passou a atuar em operações de contra-guerrilha ocasionais tais como: “Águia”, “Fronteira” e por último “Nó Górdio”. A “Operação Águia” é uma das grandes operações desencadeadas pelo exército português para conter avanços de guerrilhas da FRELIMO no planalto dos Macondes, uma batalha que começou no dia 2 de julho e se estendeu até 6 de setembro de 1965 (GARCIA, 2001, p. 111).

A “Operação Fronteira” de 1970 era caracterizada por inúmeras estratégias e medidas militares, com objetivos de interditar a faixa fronteira de norte como forma de impedir ações da FRELIMO; esta operação viria a estender até final da guerra (GARCIA, 2001, p. 117).

A FRELIMO intensificou a sua ação da guerrilha através das operações dos combates contra o exército português em diferentes espaços do território moçambicano. Enfrentou uma

das mais difíceis batalhas em 1970, quando ocorreu a “Operação Nó Górdio” em que ocorreram os massacres de Chawola, Wiryamu e Juwau, que tiveram um impacto significativo no isolamento de Portugal no cenário internacional (GUILLEN, 2007, p. 39).

3.4 AS CONSEQUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL PARA AS COLÔNIAS

A erosão da base do Estado Novo, que era assentado nas Forças Armadas (FA) e na Igreja Católica, tornou-se cada vez mais oposta à política daquele Estado. Finalmente as diferentes aglutinações dos setores da sociedade portuguesa deram-se na importantíssima revolução dos militares revoltosos de 25 de abril de 1974.

Na república portuguesa, as políticas não favoreciam internamente as classes sociais e políticas, desde a instauração do regime do Estado Novo, em 1933. Convir-me-á tecer necessariamente algumas dificuldades que se agudizaram na sociedade portuguesa até um período anterior ao 25 de abril. Como já referido depois da saída de Salazar em 1968, o governo de Portugal era chefiado por Marcello Caetano.

Ele prosseguia a guerra colonial e não concedeu nenhuma liberdade política, algo que incomodava bastante em Portugal. Estas situações eram vistas como uma das razões que estiveram na origem da forte convulsão da revolução contra o Estado Novo, que é também conhecido como a “Revolução dos Cravos”, “Movimento dos Capitães” ou “Revolução de 25 de abril”¹⁹.

A revolução teve como base da organização e embrião ideológico os oficiais das tropas coloniais no território da Guiné Portuguesa (MACQUEEN, 1998, p. 250). Os acontecimentos em Portugal vieram crescendo com o agravamento das contradições na sociedade portuguesa, onde cresceu de forma excessiva a falta da liberdade de expressão. Esta situação provocou um grande descontentamento em diferentes esferas sociais e entre os militares com o governo. Além disso, havia o isolamento internacional do país provocado pelos conflitos nas colónias, enquanto o desgaste das guerras coloniais era sentido cada vez mais, até na própria metrópole. Ali a precariedade dos portugueses era justificada pelo regime de Caetano como medidas inevitáveis (SANTOS et al., 1974, p. 266).

Naquela altura o regime ditatorial do Estado Novo, que já permanecera mais de quatro décadas em Portugal, implementou uma economia de exploração, que implicava aspetos

¹⁹ A concentração do poder por parte do regime marcelista obrigou muitos políticos da oposição na altura a abandonar Portugal; entre eles estava Mário Soares que mais tarde após o derrube do governo assumiu o ministério de Negócios Estrangeiro português.

políticos, económicos e culturais de dominação. Nas colónias representou uma ideologia de supremacia portuguesa baseada no racismo, autoritarismo e de ultranacionalismo imperial (VILLEN, 2013, p. 33). O conflito de ultramar figurava entre as causas primeiras da revolta dos militares, pois entre os militares reinava um grande cansaço das guerras nas colónias algo que parecia eternizar.

Consequentemente, a Revolução de 25 de Abril de 1974 deu prioridade ao fim das guerras e a descolonização. Contudo, a questão do futuro dos territórios ultramarinos gerou algumas disputas entre o General Spínola, o então presidente e a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA).

A política colonial do anterior regime de Caetano passava pelas soluções militares, enquanto o novo governo com base no programa do MFA pretendia uma solução política e pacífica viável para as colónias, para pôr fim ao isolamento português no cenário internacional (SOUTELO, 2009, p. 66). Nesta perspectiva, pretendia-se uma plataforma de negociação com os movimentos de libertação, a favor da independência total enquanto o presidente Spínola defendeu um modelo político federalista entre a metrópole e as colónias. Consequentemente, ele achou indispensável uma consulta popular nas colónias para tomar uma decisão sobre o futuro político destes territórios.

3.5 A CONQUISTA DAS INDEPENDÊNCIAS

[...] perguntar-nos-ão se o colonialismo português não teve uma ação positiva na África. A justiça é sempre relativa. Para os africanos, que durante cinco séculos se opuseram à dominação colonial portuguesa, o colonialismo português é um inferno; e onde reina o mal não há lugar para o bem. (CABRAL, 1978 apud VILLEN, 2013, p. 24).

3.5.1 Guiné-Bissau

O PAIGC declarou a proclamação unilateral da independência em 24 de setembro de 1973 em Madina de Boé (antiga Nova Lamego), zona sueste da atual Guiné-Bissau, por João Bernardo Vieira “Nino”, comandante da zona de combate sul e recém-eleito presidente da Assembleia Nacional Popular.

Mesmo sem um reconhecimento pelo governo português, a independência unilateral deste território teve mais do que 80 países que o reconhecem até maio de 1974. Mas com a

mudança política na metrópole, houve mais pressão sobre o governo provisório a favor da descolonização. Isto criou os espaços de negociação para o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau. Contudo, as primeiras tentativas do governo provisório português não foram eficazes, visto que o presidente Spínola não facilitava esta política. Finalmente as novas mudanças não tardaram, pois dentro de pouco tempo surgiu o segundo governo provisório português com uma nova política claramente a favor da descolonização do ultramar.

O surgimento da Lei constitucional nº 7/74 de 26 de julho de 1974 representou o sinal de uma grande conquista para as colónias; nela lê-se o seguinte: “[...] o reconhecimento do direito a autodeterminação, com todas as suas consequências incluindo a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo primeiro da constituição política de 1973”.

Logo depois desta promulgação começou a espelhar as evidências no sistema político português para uma descolonização verdadeira. Foi marcado para 17 de maio de 1974 o primeiro encontro para uma ronda negocial sobre o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau em Dacar, a capital senegalesa. A comitiva portuguesa foi chefiada pelo então ministro de negócios estrangeiro português, Mário Soares, acompanhado por uma delegação militar de três homens, nomeadamente Almeida Bruno (Tenente Coronel), Mateus da Silva (Tenente Coronel), e José Manuel Barroso (Capitão Miliciano). A comitiva do PAIGC encabeçada por Aristides Pereira, o Secretário-Geral e por Joaquim Pedro da Silva (FERNANDES, 2007, p. 43-44).

Sem um efeito eficaz no encontro de Dacar, acordou-se o próximo encontro a realizar-se em Londres. Este encontro foi marcado em duas secções divididas em dois dias, entre 25 e 31 de maio. Desta vez Portugal voltou a fazer-se presente por Mário Soares, Jorge Campinos, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, António de Almeida dos Santos, Ministro de Coordenação Interterritorial, e o Tenente Coronel Almeida Bruno enquanto o PAIGC esteve presente com as seguintes personalidades: Pedro Pires, que chefiava a delegação, Umaru Djalo, Júlio Semedo, José Araújo, Gil Fernandes e Lúcio Soares. A segunda secção já no dia seguinte as declarações foram prestadas a imprensa.

Mesmo depois de dois encontros a situação continua amarada entre seguintes pontos: pela parte portuguesa, viu-se a pretensão de uma federação de moldes lusíadas, enquanto que da PAIGC defendia uma independência incondicional, este era o propósito satisfatório ao qual o PAIGC carece, no entanto, pensava-se num possível novo encontro neste mesmo país, mas e o mesmo acabou por ser o último.

Na terceira ronda de negociações, em Argel, em 26 de agosto, o PAIGC teve na agenda um dos pontos contestado pelo Portugal, que era de uma independência conjunta, ou seja, uma libertação incluindo a Guiné-Bissau e Cabo Verde, uma ideia simbolizada na própria nomenclatura partidária.

As duas partes chegaram a um acordo bilateral neste encontro, que previa o reconhecimento formal da República da Guiné-Bissau no dia 10 de setembro de 1974, porém já sem uma independência conjunta com Cabo Verde.

Na delegação portuguesa Mário Soares, liderou o elenco negocial composto por um ministro e dois militares, nomeadamente Almeida Santos, Hugo Manuel Rodrigues Santos major de infantaria e da delegação do Comité Executivo da Luta (CEL) e Vicente Almeida d'Eça capitão-de-mar-e-guerra. Por seu lado, o PAIGC contou com seis elementos no seu bloco negocial: Pedro Pires que encabeçou a comitiva, assim como Luís Oliveira Sanca, Otto Schacht, Lúcio Soares, Umaru Djalo e José Araújo (FERNANDES, 2007, p. 44).

Depois do reconhecimento da independência da Guiné-Bissau por Portugal, em setembro de 1974, o exército português deixou Bissau, passando o PAIGC a ter o controle total do país, com o primeiro presidente Luís Cabral, o meio irmão de Amílcar Cabral.

3.5.2 Cabo Verde

Quanto a Cabo Verde, apesar de não ter conseguido entrar na definição do acordo de Argel sobre a independência da Guiné-Bissau, isso não significava que teve fracasso por parte do PAIGC. Um favor ao governo português em relação à pretendida ideia federativa, porque as entabulações de Londres e Argel no cenário político das negociações do PAIGC junto à metrópole continuaram até final de 1974.

Desta vez os portugueses não admitiram uma negociação, pois segundo Almeida Santos, o destino do povo cabo-verdiano seria definido através de um referendo popular sobre a independência. No mesmo olhar Mário Soares afirma:

Nós somos sinceros quando dizemos, aliás de acordo com a resolução da O.N.U que deve ser o povo de Cabo Verde a decidir os seus destinos. Dito isto, acrescento que não se seguiu, necessariamente, que a independência de Cabo Verde se processe sob a égide do PAIGC, eu sei que há movimentos, que há pessoas, que há cabo-verdianos que não tem essa posição (FERNANDES, 2007, p. 44).

A discórdia de dois lados entrou numa outra fase depois da queda do presidente Spínola, em setembro de 1974. Formalmente o PAIGC manteve a sua exigência de reconhecimento

internacional da unidade da Guiné e Cabo Verde. Foi iniciado um novo ciclo de encontros negociais entre o PAIGC e a comitiva negocial portuguesa em Lisboa, no dia 18 de dezembro de 1974. Neste encontro as duas partes conseguiram um acordo de calendarização para independência de Cabo Verde, rubricado em 19 de dezembro de 1974, Mário Soares, António de Almeida e Major Melo Nunes foram os representantes de Portugal, enquanto para o PAIGC marcaram presença os dirigentes Amaro Andrade da Luz, Pedro Pires e José Luís Fernandes.

Um dia antes da proclamação da independência cabo-verdiana, em 5 de julho de 1975, realizaram-se as eleições para uma assembleia constituinte, de acordo com normas estipuladas no encontro de 30 de julho em Lisboa. Inicialmente a ideia portuguesa era de afastar o PAIGC de uma possível chegada ao poder absoluto em Cabo Verde. Daí criaram-se estratégias baseadas nas leis de pluralismo político permitindo a participação de outras forças políticas. Contudo o PAIGC acabou por neutralizar estes concorrentes e dominou a lista, onde obteve cerca de 90% de votos e elegeu os 56 deputados, conseguindo assim legitimar o seu poder em Cabo Verde nas urnas (FERNANDES, 2007, p. 48-49).

A composição de mesa da Assembleia Nacional de Cabo Verde foi a seguinte:

- Abílio Augusto Monteiro Duarte (presidente);
- Olívio Melicio Pires (1º vice-presidente);
- Alexandre Ramos de Pina (2º vice-presidente);
- Luís de Matos Fonseca (1º secretário);
- Rolando Lima Barber (2º secretário).

Na inauguração da Assembleia Nacional Aristides Pereira foi eleito por unanimidade como Chefe de Estado e Pedro Pires foi nomeado Chefe do Governo. No dia da proclamação da independência de Cabo Verde, presenciaram os dirigentes do governo guineense Francisco Mendes e João Bernardo Vieira. Na cerimônia foi reforçada a união entre os dois estados por Abílio Duarte. Proclama-se a República de Cabo Verde num discurso dirigido por Aristides Pereira, sob égide de uma força política binacional (PAIGC), detentor de poder governativo na Guiné-Bissau e Cabo Verde²⁰.

²⁰ Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) era na altura única força partidária com poder administrativo em dois países independentes, esta reputação o valeu o título de binacional.

3.5.3 São Tomé e Príncipe

As ilhas de São Tomé e Príncipe, com uma superfície de apenas 1.000 km², constituem um pequeno território montanhoso coberto de uma densa vegetação tropical, localizado no Golfo da Guiné. Como já referido, a pequena dimensão do arquipélago foi uma das causas que impossibilitavam uma luta armada no seu território.

Após a destituição de Trovoada na presidência de CLSTP, em 1965, o pequeno movimento voltou a reestruturar-se somente em julho de 1972, com o apoio de outros parceiros como o PAIGC. Subsequentemente o grupo com nova sigla MLSTP, começou a dar nas vistas com a ambição de uma independência do pequeno arquipélago. Os avanços políticos do MLSTP começaram a ser notadas com o reconhecimento pela Organização de Unidade Africana (OUA), em janeiro de 1973. A fortificação das mobilizações políticas deveu-se em primeiro lugar aos estudantes destas ilhas que estavam em Portugal (RIZZI, 2012, p. 76).

No início do período de agitação social em São Tomé e Príncipe, logo a seguir da Revolução dos Cravos, surgiu a Frente Popular Livre (FPL), uma organização moderada que defendeu uma federação com Portugal, mas foi neutralizada pelas políticas do MLSTP e acabou por desaparecer quando os seus dirigentes se integraram no MLSTP (NEVES, 2009, p. 20-21). O regresso de estudantes radicados na metrópole, logo depois de 25 de abril, resultou na criação duma Associação Cívica Pró-MLSTP através de uma sugestão de Jorge Campinos. Naquela altura, o próprio MLSTP, então sediado em Libreville, preferiu ainda não entrar no país, visto que existiam receios de uma contrarrevolução em Portugal. Dentro de pouco tempo, começou-se a sentir o clima das agitações promovidas pela Associação Cívica com boicotes, greves e comícios populares a favor da independência total.

A instabilidade política no arquipélago tornou-se cada vez mais crescente e a inclusão dos soldados nativos faz com que era provável um conflito de carácter racial entre os soldados europeus que eram considerados radicais em termos políticos e nativos, algo que impulsionou o repatriamento de metade dos soldados brancos. Esta medida era vista como forma profiláctica para evitar algo pior que se avizinhava, a situação instável da sociedade continuou com simultâneas reivindicações políticas. A 19 de setembro de 1974, Alda de Espírito Santo, da Cívica, convocou mulheres e realiza manifestação em protesto contra suposto envenenamentos de água e de sal, em frente ao palácio governamental (NASCIMENTO et al., 2012, p. 184-185).

Começou a sentir-se o sinal da esperança do que tanto foi almejado a partir de maio de 1974, altura em que as aproximações diplomáticas começaram a se sentir através duma reunião

entre o governo português e membros do MLSTP em Londres. Neste encontro, soube-se que o governo português não pretendeu tornar este território livre com alegações de o desejo da independência era de poucas pessoas. Por outro lado, os portugueses aceitavam o exercício de atividades políticas livres.

As partes voltaram à mesa somente em outubro em Libreville. Este encontro teve apenas uma vantagem que foi o reconhecimento de MLSTP como único e legítimo representante de povo são-tomense. No mês seguinte notou-se o redobramento de esforços entre as partes que conseguiram encontrar-se novamente em Argel no dia 23 de novembro. Ali Portugal apresentou a proposta de um referendo sobre a independência que foi recusada pelo MLSTP. No dia 26 foi alcançado o acordo que previu eleições para uma assembleia constituinte e a independência para 12 de julho de 1975 (RIZZI, 2012, p. 77).

Em 8 de julho de 1975 foram eleitos os 17 deputados para a Assembleia Constituinte. No dia da independência, Portugal fez-se representar pelo Almirante Rosa Coutinho para a cerimônia de proclamação da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Neste dia, Manuel Pinto da Costa, o secretário-geral do MLSTP, foi proclamado como o primeiro presidente deste novo país (NEVES, 2009, p. 21-22).

3.5.4 Moçambique

Logo após o golpe de 25 de abril em Portugal, os guerrilheiros da FRELIMO intensificaram as atividades armadas em todas as frentes com objetivo de fazer pressão psicológica em Portugal e reforçar inevitáveis negociações que se seguiriam. Meses depois, em maio de 1974 chegou a Moçambique a primeira visita portuguesa de aproximação entre o governo e a FRELIMO. Esta comitiva foi chefiada por um militar chamado Francisco Costa Gomes com o intuito de iniciar a negociação. Costa Gomes enviou de Moçambique uma delegação composta por seis pessoas a Dar-Es-Salaam, cujo objetivo era propor um cessar-fogo geral para iniciar negociações que visaram a concessão da independência na base de um referendo. Esta proposta foi insuficiente a convencer a FRELIMO a parar a luta armada, e transformar num partido político para negociar a independência. Daí os dirigentes da FRELIMO resolveram rejeitar a proposta de Costa Gomes (MACQUEEN, 1998, p. 164).

A primeira tentativa que pode ser considerada o embrião de um caminho para um estado independente em Moçambique acabou fracassado em Dar-es-Salaam, devido à condição posta pelo Costa Gomes. No final de maio daquele ano surge pretensão, por parte do presidente

zambiano Kenneth Kaunda, de facilitar uma negociação direta entre as partes. Assim Kaunda conseguiu servir de ponte do diálogo para o fim da colonização portuguesa em Moçambique (MACQUEEN, 1998, p. 165).

Semanas depois, nos dias 5 e 6 de junho de 1974, aconteceu o conhecido encontro de Lusaka entre a Comissão Coordenadora de MFA e membros da FRELIMO. Neste encontro, Aquino de Bragança representou a FRELIMO e na parte portuguesa estiveram Mário Soares e Vitor Crespo, um militar e Alto-Comissário em Moçambique. Como resultado deste encontro foi conhecida uma plataforma que iria facilitar os encontros seguintes entre o líder da FRELIMO Samora Moisés Machel, e Mário Soares, em Lusaka (MACQUEEN, 1998, p. 166).

O encontro de Lusaka, apesar de ter alcançado alguns êxitos em termos das aproximações entre as duas partes no que se refere às negociações, não conseguiu o cessar-fogo geral pretendido por Lisboa. De regresso a Portugal Soares levou três pontos da exigência da FRELIMO para aceitar o cessar-fogo e prosseguir as negociações:

- Reconhecimento por parte de Portugal, do direito à independência imediata;
- Reconhecimento da FRELIMO como a única voz legítima do povo moçambicano;
- Transferência do poder para a FRELIMO.

Essas exigências por parte dos nacionalistas definiram o final da reunião de Lusaka entre governo português e a FRELIMO (MACQUEEN, 1998, p 168).

Lusaka voltou a ser palco das discussões da situação moçambicana entre as partes, nos dias 5 e 7 de setembro, quando se reuniram novamente para chegar a um acordo. Desta vez não houve um referendo pretendido pelo governo português como requisito para independência, mas as partes conseguiram definir o acordo sobre a independência do Moçambique marcada para 25 de junho de 1975.

Entre as condições estava a criação de um governo de transição até à proclamação do estado independente. No final desta reunião Samora Machel e Ernesto Augusto Melo Antunes, rubricaram um documento de 19 pontos com vista a transferência da soberania para a FRELIMO (NETO, 2012, p. 29).

Logo após a assinatura dos acordos de Lusaka, houve distúrbios em Lourenço Marques, gerados pela população que se juntava no estádio, queimava bandeiras portuguesas; depois os distúrbios prosseguiram com as explosões do depósito de munições no subúrbio de Benfica em

Moçambique. Era uma situação inquietante que provocou preocupações paralelas: de um lado era euforia por parte da população local, por outro lado, criou certo receio pelo futuro e pela segurança da população de origem europeia.

Foram verificados os ataques e violências durante o mês de setembro em Lourenço Marques, quando a população de origem europeia sentiu-se ameaçada e procurou ajuda junto à Frente Integacionista de Continuidade Ocidental (FICO) e o Movimento de Moçambique Livre (MML). Estes criaram a Aliança Moçambique Livre que chegou a ocupar a cidade com apoio dos antigos soldados coloniais. Houve a ocupação da Rádio Clube de Moçambique (RCM) pelos manifestantes, que mudaram o nome desta estação emissora para Rádio Liberdade (RL) (HAJZLEROVÁ, 2015, p. 30-31).

O estádio de Machava foi escolhido pela FRELIMO como palco para realização da solenidade que proclamou o estado moçambicano como uma república independente, no dia 25 de junho de 1975, quando, ao usar a palavra, Samora Moisés Machel, na qualidade do primeiro presidente de Moçambique independente, expressou o seguinte:

Moçambicanas e Moçambicanos, operários e camponeses, trabalhadores das plantações, das serrações e das concessões, trabalhadores das minas, dos caminhos de ferro, dos portos e das fábricas, intelectuais, funcionários, estudantes, soldados moçambicanos no exército português, homens, mulheres e jovens, patriotas: Em vosso nome, a FRELIMO proclama hoje solenemente a insurreição geral armada do Povo Moçambicano contra o colonialismo português, para a conquista da independência total e completa de Moçambique. (DECLARAÇÃO, 1975, p. 1).

Foram estas palavras que marcaram o discurso de Machel no dia da independência.

3.5.5 Angola

Logo após a Revolução em Portugal, o MPLA, disponibilizou-se a declarar um cessar-fogo como forma de possibilitar as negociações de término de conflito armado. A FNLA optou pela mesma ideia no dia 11 de julho de 1974, enquanto a UNITA não foi diferente em aceitar participar das possíveis negociações a avizinhar.

Após 25 de abril, o governo de transição em Portugal faz questão de atender as necessidades de Angola junto dos nacionalistas em termos políticos, como forma de definir o destino daquele território. Quando se deu golpe em Lisboa, Neto encontrava-se numa viagem pela Europa. As mudanças em Portugal não tranquilizaram Neto que proferiu as seguintes palavras: “não fosse mais do que uma simples manobra demagógica com o único objetivo de

perpetrar o domínio colonial de forma ligeiramente diferente”. Em seguida recusou o convite de se deslocar a Lisboa para conversações preliminares da descolonização. Em princípio de maio de 1974, encontrou-se com Nunes Barata, adjunto de Spínola para conversações, em Genebra. Em Angola a FNLA resolveu não comentar a situação em Portugal, enquanto a UNITA começou uma trégua com os portugueses nos meados de junho através de uma mediação de um padre missionário (MACQUEEN, 1998: 197; 197).

Em 21 de outubro de 1974, Neto, como representante do MPLA, assinou um acordo de cessar-fogo com os portugueses que pôs um ponto final no conflito armado para iniciar as conversações. Em seguida os rivais da FNLA e da UNITA, viram a necessidade de participar dos acordos com governo português e aceitaram partilhar o espaço político com o MPLA para o período pós a independência (PINTO, 2008, p. 39). O processo condutor da libertação do território angolano começou em Alvor, perto de Portimão, no Algarve (Portugal). As conversações deste acordo de Alvor decorreram entre os dias 10 e 15 de janeiro de 1975. Deste encontro foi ratificado o acordo entre governo português e os três movimentos concorrentes para a criação de governo de transição antes da independência de Angola, marcada para 11 de novembro de 1975. A delegação portuguesa era composta por Melo Antunes, Mário Soares, Almeida Santos e o Brigadeiro António da Silva Cardoso, enquanto da parte dos nacionalistas estavam Agostinho Neto, Jonas Savimbi e Holden Roberto, cada um representava o seu movimento (PINTO, 2008, p. 38).

O acordo de Alvor permitiu a instalação do governo de transição em Angola a partir do dia 31 de janeiro de 1975. Este governo integrou os três movimentos de libertação MPLA, UNITA e a FNLA, assim como o alto-comissário português em Luanda, o Brigadeiro Silva Cardoso. O governo de transição seria chefiado por uma comissão presidencial a ser ocupada pelos três movimentos de forma rotativa. Foram criados 12 ministérios que deveriam ser ocupados pelos quatro grupos que compunham a transição (Portugal, MPLA, FNLA e UNITA) (MACQUEEN, 1998, p. 214). Em 4 de fevereiro de 1975, Agostinho Neto foi recebido em Luanda para assumir a presidência do governo de transição, sob forte ovação pública da sua pessoa e do MPLA.

Duas semanas após a ratificação do acordo de Alvor, as clivagens de muito tempo entre os movimentos voltaram a ter reflexos no governo de transição. Era óbvio que as disputas do poder entre estes dificultaram o funcionamento desta transição. Pouco favorável foi também o período de nove meses estabelecido no acordo de Alvor que permitiria as organizações políticas dos mesmos movimentos para realização de uma Assembleia Constituinte. Era muito pouco

tempo para estes estabelecerem uma relação política e democrática entre eles, tendo em conta que estes movimentos tinham lutado militarmente entre si há vários anos (PIMENTA, 2015, p. 172).

Já em março começou o conflito armado entre o MPLA e a FNLA e FNLA e a UNITA. Em 21 de junho de 1975 falhou mais uma tentativa de reconciliação entre o MPLA e os seus dois concorrentes, em Nakuru, Quênia. Em agosto, o MPLA controlou Luanda depois de ter expulsado a FNLA e a UNITA. Ao mesmo tempo entraram tropas sul-africanas no sul de Angola para prestar apoio à UNITA e FNLA. No dia 11 de novembro de 1975, Neto, na qualidade de líder do MPLA apoiado por países comunistas ligados à União Soviética, exército cubano e com reconhecimento do próprio Portugal, proclamou a independência da República Popular de Angola. No ato da solenidade, Neto começou seu discurso com as seguintes palavras: “Em nome do Povo angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proclama solenemente perante a África e o Mundo a Independência de Angola [...]”.

Com essas palavras e outras, Neto tornou-se o primeiro presidente de Angola independente (FILOMENA; CHERON, 2008, p. 18-19). Logo no início foi um país em guerra civil que apenas terminaria em 2002.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo da descolonização na África portuguesa é muito vasto, pois nos permite fazer reflexões em diversos sentidos para compreender o real objetivo de colonialismo português. O Estado Novo desde sempre mostrou a sua resistência quanto à saída dos territórios ocupados em África. Percebeu-se isto nas formas como o regime lidou com os territórios sob a sua jurisdição, ao longo do percurso colonial. Depois da II Guerra Mundial, quando outras potências coloniais aceitaram a descolonização, Portugal lidou com as colónias de forma a eternizá-las. Talvez essa seja a ideia desde o princípio e a razão de fortes braços-de-ferro entre o Estado Novo e os movimentos de libertação, nos anos de 1960-70.

O regime salazarista fazia as colónias parte do Portugal, mas as políticas desenvolvidas nas colónias eram muito diferentes daquilo que existia na metrópole em diversas formas como no acesso a escola, direitos sociais e mais. Introduziu o autoritarismo e continuou a forçar o já existente pagamento de impostos junto às populações africanas em benefício do Estado Novo. A partir dos anos de 1950, no momento em que os nacionalistas deram conta da situação nas colónias e na própria metrópole, ao exporem seus desejos de libertação, passaram a ser considerados inimigos do Estado Novo até a libertação dos territórios.

Este trabalho permite entender que os problemas coloniais podiam ser resolvidos sem uso de força, como houve; o conflito das colónias devastou Portugal politicamente a nível internacional, quando não abriu mão dos territórios. No princípio dos anos 70, tanto na metrópole como nas colónias, o prosseguimento das guerras não era vista de forma favorável, pois existiam pessoas que chegaram a uma conclusão de que as guerras levadas a cabo nas colónias deveriam ser resolvidas por vias políticas, não pelas forças que o Estado Novo utilizava nas colónias.

Quando certos políticos começaram a fazer críticas ao governo em relação à situação interna do Portugal e das colónias, estes foram perseguidos e exilados entre eles o Mário Soares, que voltou a exercer as atividades políticas a favor da descolonização só depois da mudança do regime em Portugal, após 25 de abril. Esta mudança permitiu o espaço de que tanto precisava para acabar com as guerras; no ano de 1974, o governo português começou a aproximar dos movimentos e permitiu as negociações que acabaram com as independências.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Feliciano Paulo. **A guerra em Angola as heranças da luta de libertação e a guerra civil**. 2011. 78 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Direção de Ensino, Academia Militar, Lisboa, 2011.

ANGOP. História. Agência Angola Press, Luanda, 2012. Disponível em: <http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/portal/informacoes/angola/sobre-angola/2012/9/40/Historia,00c5865a-217d-489e-813f-145081282365.html> Acesso em: 15 set. 2015.

BORGES, Sónia Vaz. **Amílcar Cabral: estratégias políticas e culturais para a independência da Guiné e Cabo Verde**. 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em História de África) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. 475 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria**. Portugal: Avante Sarl, 1984.

CAPOCO, Zeferino. **O Nacionalismo e o Estado: um trabalho sobre a história política de Angola (1961-1991)**. 2013. 333 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas e Relações Internacionais) – Instituto de Estudos políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.

CASTAÑO, David. Abrindo a Caixa de Pandora, Mário Soares e o Início da Descolonização. **Seiolo Portugal**, Lisboa, v. 1645, n. 35, p. 65-79, 2012.

CAU, Hilário Simões. **A construção do estado em Moçambique e as relações com o Brasil**. 2011. 132 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CARLOS, João. Casa dos Estudantes do Império: berço de líderes africanos em Lisboa. **DW**, Lisboa, 2012. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/casa-dos-estudantes-do-imperio-berco-de-lideres-africanos-em-lisboa/>> Acesso em: 27 jul. 2015.

CARVALHO, Pedro Luís Melo de. **O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de abril: do marcelismo à queda do Estado Novo**. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em ciência política, em cidadania e governação) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009.

DESACATO MADAGÁSCAR CONTRA O JUGO COLONIAL FRANCÊS. Disponível em: <<http://desacato.info/madagascar-contra-o-jugo-colonial-frances/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE, de 25 de junho de 1975. Disponível em: <<http://cedis.fd.unl.pt/wp>>

content/uploads/2016/02/DECLARA%C3%87%C3%83O-DE-INDEPEND%C3%8ANCIA-DE-MO%C3%87AMBIQUE-DE-25-DE-JUNHO-DE-1975.pdf>. Acesso em: 24 out. 2016

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. Mediações. **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 25-40, jan. 2005.

FILOMENA, L. C.; CHERON, C. Luta pela libertação colonial e guerra civil em Angola. In: SEMINÁRIO - INTERNACIONAL ORGANIZAÇÕES E SOCIEDADE: INOVAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS, 3., 2008, Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 1-20.

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação**. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em estudos africanos) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2007.

FILOMENA, L. C.; CHERON, C. O antagonismo ao extremo Luta pela libertação colonial e guerra civil em Angola. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ORGANIZAÇÕES E SOCIEDADES: INOVAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS, 3., 2008, Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 18-19.

GARCIA, Francisco Proença de. **Os movimentos independentistas, o Islão e o Poder Português (1963-1974)**. 2000. 255 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto 2000.

GARCIA, Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença. **Análise global de uma guerra (Moçambique 1964-1974)**. 2001. 203 f. Tese (Doutor em História) – Universidade Portucalense. Porto, 2001.

GUILLEN, Antonio Ricardo Martins. **A colonização da África e o lusotropicalismo: repercussões no Brasil e em Portugal**. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2007.

HAJZLEROVÁ, Tereza. **O processo de descolonização em Moçambique**. 2015. 48 f. Dissertação (Licenciatura em Língua e Literatura Portuguesa) - Filozofická Faculta da Masarykova Univerzita, Brno, 2015.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau: Da Luta Armada à Construção do Estado Nacional – Conexões Entre o Discurso de Unidade Nacional e Diversidade Étnica (1959-1994)**. 2013. 289 f. Tese (Doutora em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2013.

MACQUEEN, Norrie. **A descolonização da África Portuguesa a revolução metropolitana e a dissolução do império**. Lisboa: Inquérito. 1998.

NDJAI, Tchernó. **O pensamento político de Amílcar Cabral: teoria e prática em momentos decisivos na libertação da Guiné-Bissau (1959-1969)**. 2012. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal de Espírito Santo, 2012.

NETO, Hélio Baragatti. **A construção da identidade de Moçambique e a poesia de José Craveirinha**. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2012.

NEVES, Mauricette Carvalho das. **O poder político e as políticas econômicas no período da transição em São Tomé e Príncipe**: do regime socialista para o regime democrático representativo: 2009. 71 f. Monografia (Bacharelato em Ciências Econômicas) – Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em:< www.un.org>. Acesso em: 25 jul. 2015.

PERES, Fátima D'alva Penha Salvaterra. **A revolta activa**: os conflitos identitários no contexto da luta de libertação nacional. 2010. 235 f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

PINTO, Tatiana Pereira Leite. **Etnicidade, racismo e luta em Angola**: as questões étnicas e raciais na luta de libertação e no governo Agostinho Neto. 2008. 59 f. Monografia (Bacharel/Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

RAMALHO, Vitor. Casa dos estudantes do Império. Lisboa: Uccia, 2014. Disponível em: <<http://www.uccla.pt/casa-dos-estudantes-do-imperio>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

ROSAS, Fernando; Machaqueiro, Mário; OLIVEIRA, Pedro Alves. **O adeus ao império**: 40 anos de descolonização portuguesa. Lisboa: Nova Vega, 2015.

RIZZI, Kamilla Raquel. **O grande Brasil e os pequenos PALOP**: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010): 2012. 301 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande de Sul, Porto Alegre, 2012.

SEIBERT, Gerhard. **O massacre de Batepá**. 1997.

SOARES, Guido Fernando Silva. A emergência dos novos estados africanos ao Sul do Sahara, suas relações com as antigas metrópoles e as demais nações desenvolvidas. **Revista de Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 81, p. 60-97, 1986.

SILVA, F. Henrique da; SANTOS, M. Beja. **Da Guiné Portuguesa à Guiné-Bissau**: um roteiro. Porto: Fronteira do Caos, 2014.

SILVA, Sérgio Vieira da. **Intervenção cubana em Angola**. [S.l.: s.n.], 2012.

SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, clientes e compadres colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe**. Lisboa: Veja, 2002.

SANTOS, Aurora Alexandrina Vieira Almada e. **A Organização das Nações Unidas e a questão colonial portuguesa**. 2014. 395 f. Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

SANTOS, Aurora Almada e. O comité de descolonização das Nações Unidas e a Legitimação da Luta Armada nas colónias portuguesas: 1965-1974. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Fortaleza.

SOUSA Jr, Fernando de. O nacionalismo africano no caminho para a democracia: a transição do poder colonial para o partido único nos PALOP. In: CENTRO DE ESTUDOS SOBRE ÁFRICA E DO DESENVOLVIMENTO, 119., 2013, Lisboa: UTL, 2013. p. 1-9.

SOUSA, JULIÃO S. "MPLA: da Fundação ao Reconhecimento por parte da OUA". Latitudes: Cahiers Lusophones, 2006.

SILVEIRA, Maria Anabela Ferreira da. **Dos nacionalismos à guerra**. Os movimentos de libertação angolanos – 1945-1965. 2011. 532 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras de Porto, Porto, 2011.

SILVA, A. E. Duarte. O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). 1995. 44 f. v. 30.

SOUTELO, Luciana de Castro. **A memória de 25 de abril nos anos de cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1984-1995)**. 2009. 410 f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade de Porto, Porto, 2009.

SAMPAIO, Thiago Enrique. **O discurso de Jean-Paul Sartre sobre o colonialismo francês e a Guerra de Independência da Argélia (1954 – 1962)**. São Paulo: Unesp, 2013.

SELLSTRÖM, Tor. **A Suécia e as lutas de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau**. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2008.

VILLEN, Patrícia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo: entre harmonia e contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VIEIRA, Karl Arthur Bolliger. **Organização das Nações Unidas – ONU United Nations – UN**. São Paulo, 2009.

XAVIER, Ana Isabel et al. **A Organização das Nações Unidas**. Coimbra: Humana Global, 2007.